

# Usurpação de Terra para Celulose

## Novo projecto de Portucel Moçambique

Documento de Discussão  
Novembro 2017



Environmental Paper Network



# Usurpação de Terra para Celulose

## Novo Projecto de Portucel Moçambique

Documento de Discussão

**EPN, Sergio Baffoni, Mandy Haggith**

**ADECRU, Mozambique**

**Quercus, Portugal**

**ARA, Alemanha**

**KKM, Alemanha**

© Novembro 2017

Este documento de discussão pretende promover um diálogo sobre uma questão-chave que constitui preocupação ou uma oportunidade para o alcance dos objectivos e persecução da visão da Environmental Paper Network. A informação contida neste documento é da inteira responsabilidade dos autores e não exprime um ponto de vista consensual ou uma posição formal dos membros da EPN.

Este documento de discussão contém informações e preocupações sobre a aquisição em grande escala de terras pela empresa The Navigator Company para a plantação de eucaliptos com o objetivo de abastecer a fábrica de celulose em Moçambique. Avalia a escala e a localização do projecto e alguns dos conhecidos ou prováveis impactos ambientais e sociais e, inclui sugestões sobre como esses impactos devem ser mitigados.

Contact: [sergio.baffoni@environmentalpaper.eu](mailto:sergio.baffoni@environmentalpaper.eu)

Phone: +49-162-381 252 8

Foto da capa: ADECRU



**EPN - Environmental Paper Network** - (Rede Ambiental do Papel) é um projecto colaborativo de 146 organizações não-governamentais (ONGs) de 6 países que aprovaram a visa global de papel e estamos a trabalhar para a transformação social e ambiental na produção e consumo de celulose e papel. A liderança regional da rede é decidida pelo comité de direcção na América do Norte ([www.environmentalpaper.org](http://www.environmentalpaper.org)), Europa/Internacional ([www.environmentalpaper.eu](http://www.environmentalpaper.eu)) e na China ([www.environmentalpaper.cn](http://www.environmentalpaper.cn)).



**ADECRU - Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais** é uma organização da sociedade civil, de carácter popular composta por membros e militantes inseridos em grupos de base comunitária. Surgiu em 2007 e é reconhecida pelo seu trabalho no compromisso democrático e inserção produtiva dos cidadãos e das comunidades rurais na luta pela construção de um poder popular e de uma agenda justa, solidaria e soberana de desenvolvimento. ([adecru.wordpress.com](http://adecru.wordpress.com))



**Quercus** - é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA) portuguesa fundada a 31 de outubro de 1985. Ao longo dos anos, a Quercus tem vindo a ocupar na sociedade portuguesa um lugar simultaneamente irreverente e construtivo na defesa das múltiplas causas da natureza e do ambiente. O seu âmbito de ação abrange hoje diversas áreas temáticas da atualidade ambiental, onde se incluem, além da conservação da natureza e da biodiversidade, a energia, a água, os resíduos, as alterações climáticas, as florestas, o consumo sustentável, a responsabilidade ambiental, entre outras. Este acompanhamento especializado é, em grande parte, suportado pelo trabalho desenvolvido por vários grupos de trabalho e projectos permanentes. ([www.quercus.pt](http://www.quercus.pt))



**ARA** - é um grupo de trabalho nas áreas de florestas tropicais e biodiversidade, foi fundado na Alemanha em 1987 como uma ONG sem fins lucrativo e com o compromisso na proteção de recursos e do clima para justiça ambiental mundo inteiro. Por forma a poupar recursos, a ARA organiza campanhas, programa, exibição turística e articulação em rede. Sendo uma das fundadoras da Rede Alemã sobre o Papel "Papierwende" com 75 ONGs, a ARA procura promover consumo sustentável de papel. ([www.araonline.de](http://www.araonline.de))



**KKM** - O 'Comité Coordenador Moçambique Alemanha' é uma associação da sociedade civil para o intercâmbio entre Moçambique e a Alemanha. O objetivo é um diálogo vivo com igualdade. O KKM apoia à parcerias escolares, organiza seminários, publica a revista alemã "Mosambik-Rundbrief" e outros materiais, faz trabalho de lobby e campanhas. Usamos a nossa experiência específica para denominar e atacar injustiças e desigualdades na relação entre o Norte e o Sul Global. ([www.kkmosambik.de](http://www.kkmosambik.de))

# ÍNDICE

<b>Sumario Executivo</b>	<b>5</b>
<b>Financiamento</b>	<b>6</b>
<b>Fonte de fibra</b>	<b>6</b>
<b>Principais impactos</b>	<b>7</b>
<b>O Projecto da Zambézia</b>	<b>9</b>
<b>O Projecto de Manica</b>	<b>10</b>
<b>Horizonte Tempora</b>	<b>12</b>
<b>Impactos ambientais</b>	<b>13</b>
Biodiversidade e desmatamento	13
Impactos nos solos	22
Infraestruturas	23
<b>Impactos sociais</b>	<b>24</b>
Usurpação de terra	26
Outras ameaças para segurança alimentarem	29
Empregos prometidos e desemprego	31
<b>Invasão às Terras</b>	<b>33</b>
<b>Resolvendo os impactos ou fazendo relações públicas?</b>	<b>34</b>
<b>Questões para discussão – mitigar e prevenir impactos negativos</b>	<b>35</b>

# SUMARIO EXECUTIVO

A Portucel Moçambique<sup>1</sup> (uma empresa moçambicana controlada pela empresa The Navigator Company, anteriormente conhecida por grupo Portucel Soporcel) irá construir uma fábrica de celulose no Ile –Namarroi, na Zambézia, Moçambique. A fábrica terá uma capacidade de produção de 1,500,000 toneladas<sup>2</sup> por ano e uma unidade de geração de energia a partir de biomassa. Esta fábrica, que se prevê estar em funcionamento até 2023, irá mais do que duplicar a capacidade global da produção de papel da empresa The Navigator Company (actualmente produz 1,440,000 toneladas por ano<sup>3</sup>). A nova fábrica, localizada na costa do oceano índico servirá a indústria asiática de pasta e papel.



Plantações perto de aldeias na Moçambique (Foto: ADECRU)

---

<sup>1</sup> Portucel Moçambique, Dar-es-Salaam Rua, 347-Maputo – Moçambique; T: 21483645/6/7-Fax: 21 489595 Pedro Moura, CEO, Tlm: 822241010/847138528

<sup>2</sup>RISI, Portucel's planned Mozambique pulp project slated for 2023 start-up, ver: <http://www.risiinfo.com/industry-news/portucels-mozambique-pulp-project-slated-for-2023-startup/>

<sup>3</sup>The Navigator Company, ver: <http://www.thenavigatorcompany.com/Institucional/A-Nossa-Actividade>

## FINANCIAMENTO

O investimento total é de cerca 3 biliões de dólares Americanos<sup>4</sup>. A Portucel irá financiar 80% do projecto, enquanto, o restante 20% vem da Cooperação Financeira Internacional (IFC, em inglês) do grupo Banco Mundial<sup>5</sup>, no entanto, em Dezembro de 2014, um membro influente do IFC (Estados Unidos) expressou sua dúvida em relação ao projecto<sup>6</sup>.

## FONTE DE FIBRA

Em 2010, aproximadamente 173,000 hectares na região da Zambézia foram concedidos a Portucel Suporcel para plantação de eucaliptos<sup>7</sup>. Em 2011, a Portucel obteve mais 183,000 hectares na província de Manica para a plantação de eucaliptos<sup>8</sup>.

Estas áreas estão a ser plantadas actualmente. Em Setembro de 2015 Portucel Moçambique inaugurou “o maior viveiro de toda a África” com uma capacidade de produção instalada de mais de 12 milhões de plantas por ano<sup>9</sup>.

---

<sup>4</sup> Macauhub, Portucel Portuguesa aumenta investimentos em Mocambique, ver:

<http://www.macauhub.com.mo/en/2016/01/25/portugals-portucel-increases-investment-in-pulp-project-in-mozambique/>

<sup>5</sup> Base de dado da IFC, Portucel Mocambique – Publicados anteriormente, Projecto Número: 32522, Publicado antes da data: 2 de Agosto de 2014, ver:

<http://ifcextapps.ifc.org/IFCExt/spiwebsite1.nsf/0/C183FADC2B9CC23D85257D3B005A203D>

<sup>6</sup> Os Estados Unidos estão preocupados com o impacto na água, incluindo possíveis conflitos sobre o uso de recursos, bem como o impacto sobre a vida selvagem e as florestas. Os Estados Unidos incentivam a IFC a fortalecer o processo de identificação de áreas de exclusão, incluindo uma revisão de especialistas independentes nas áreas para o desmatamento. Posição dos Estados Unidos - Investimento proposto da IFC em Portucel, Moçambique, 11 de dezembro de 2014, ver:

<https://www.treasury.gov/reFonte-center/international/development-banks/Documents/IFC%20-%20Mozambique%20-%20Portucel%20Moz%20-%20United%20States%20Position%20-%20Dec%2011%202014.pdf>

<sup>7</sup> Macau Hub, 23 December 2009, ver: <http://www.macauhub.com.mo/en/2009/12/23/8310/>

<sup>8</sup> The Navigator Company, Estratégia de Internacionalização, Janeiro de 2015, ver:

<http://www.thenavigatorcompany.com/Institucional/Portucel-Mocambique>

<sup>9</sup> Macauhub, O president de Mocambique inaugural o maior viveiro de plantas em Africa, 9 de Setembro de 2015, ver: :

<http://www.macauhub.com.mo/en/2015/09/09/president-of-mozambique-inaugurates-biggest-plant-nursery-in-africa/>

# PRINCIPAIS IMPACTOS

## Impactos ambientais

- As plantações irão impactar os actuais ecossistemas florestais de floresta de miombo, com possível fragmentação das montanhas africanas e da floresta da região oriental da costa africana.
- A fábrica de celulose e as plantações localizam-se em zonas de alto risco de desflorestação nos próximos anos, de acordo com o WWF. As paisagens não serão protegidas e a floresta natural será convertida para além de 10% em áreas separadas, incluindo 114,000 hectares da área densamente florestada e ecologicamente sensível.
- Estradas, trilhos dentro da floresta e o aumento do risco de incêndio também irá impactar a floresta natural.
- Além disso, a conversão em plantações irá eliminar o uso da floresta tradicional, criando mais pressão na floresta natural já fragmentada.
- As plantações poderão ter mais impactos tais como poluição, erosão do solo, e redução da água disponível.

## Impactos sociais

- A terra que é importante para a segurança alimentar e os modos de vida tradicionais foi arrancada das comunidades rurais<sup>10</sup>.
- Consultas comunitárias não foram realizadas em línguas locais, e como resultado muitas pessoas não foram capazes de entender grande parte do conteúdo que era transmitido nas consultas, e alguns casos, os possíveis impactes do projecto não eram apresentados. Há um relatório sobre um chefe do posto administrativo que proibia líderes comunitários de expressar suas preocupações sobre o projecto e eram obrigados aceitar o projecto.
- Em alguns casos, eram prometidos trabalhos temporários em troca de terra, em outros a terra foi adquirida sem compensação. Algumas pessoas foram realojadas em terras distantes das estradas e dos serviços básicos tais como cuidados de saúde. Outras tiveram que alugar terrenos agrícolas, machambas com seus próprios custos.
- Reclamações apresentadas as autoridades não tiveram seguimento.

---

<sup>10</sup> The Oakland Institute, Understanding land investment deals in Africa - Country report: Mozambique, 2011, ver: [https://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/OI\\_country\\_report\\_mozambique\\_0.pdf](https://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/OI_country_report_mozambique_0.pdf)

- As plantações de eucaliptos absorvem grandes quantidades de água do solo (ver o anterior sobre impactos no ciclo das águas). Neste ambiente, já marcado pela dificuldade de água, a expansão das plantações de eucaliptos inevitavelmente irá afectar áreas vizinhas reduzindo severamente a agricultura local e ameaçando a segurança alimentar.

Além disso, o projecto da nova fábrica de Portucel em Moçambique e suas plantações não é o único envolvendo grandes extensões de terra competindo por terras com florestas e com uso da população local. Moçambique concedeu concessões a investidores por mais de 2,5 milhões de hectares de terra entre 2004 e o final de 2009, 3 por cento da área do país e 7 por cento das terras aráveis<sup>11</sup>.

## Governança

A forma como a Portucel Moçambique obteve a terra é discutível. Em 22 de janeiro de 2010, a Portucel (agora The Navigator Company) emitiu um comunicado nos termos do Código da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários que anuncia a Resolução do Conselho de Ministros de Moçambique, que cede 173.327 ha. Continuaram a dizer que a Portucel tinha sido "notificada pelo Centro de Promoção de Investimentos de Moçambique" que a Resolução Interna do Conselho de Ministros n.º 7/2009, de 22 de Dezembro de 2009, "inclui também o direito de utilizar e explorar uma área adicional de 220 000 ha, na província de Manica, assim que as formalidades em curso forem concluídas."<sup>12</sup> "Existem resoluções internas do Conselho de Ministros, e são secretas. Eles são utilizados pelo Conselho de Ministros para dizer que aprovam um investimento, que parece ser apoiado pela referência a "formalidades em curso". Mas o direito de usar e explorar uma área adicional de 220.000 ha é um DUAT (alocação de terra por contrato), que só pode ser emitido por uma resolução publicada do Conselho de Ministros, o que não aconteceu."<sup>13</sup>

Além disso, de acordo com a lei de Moçambique<sup>14</sup>, o governo não pode distribuir as terras já utilizadas pelas comunidades locais. Ele também afirma que o contrato de alocação pode ser acordado depois das comunidades locais afectadas serem consultadas e declararem que a área é gratuita e não utilizada.

---

<sup>11</sup> WRM, Timberwatch, Industrial tree plantations invading eastern and southern Africa, 2016, ver: <http://wrm.org.uy/fr/files/2016/10/2016-10-Plantations-in-ES-Africa-TW-WRM-med-screen.pdf>

<sup>12</sup> The Navigator Company, Information Setúbal, Portugal, 22 Janeiro 2011, ver: [http://en.thenavigatorcompany.com/var/ezdemo\\_site/storage/original/application/81ee9e174469856eb8da333b5e919349.pdf](http://en.thenavigatorcompany.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/81ee9e174469856eb8da333b5e919349.pdf)

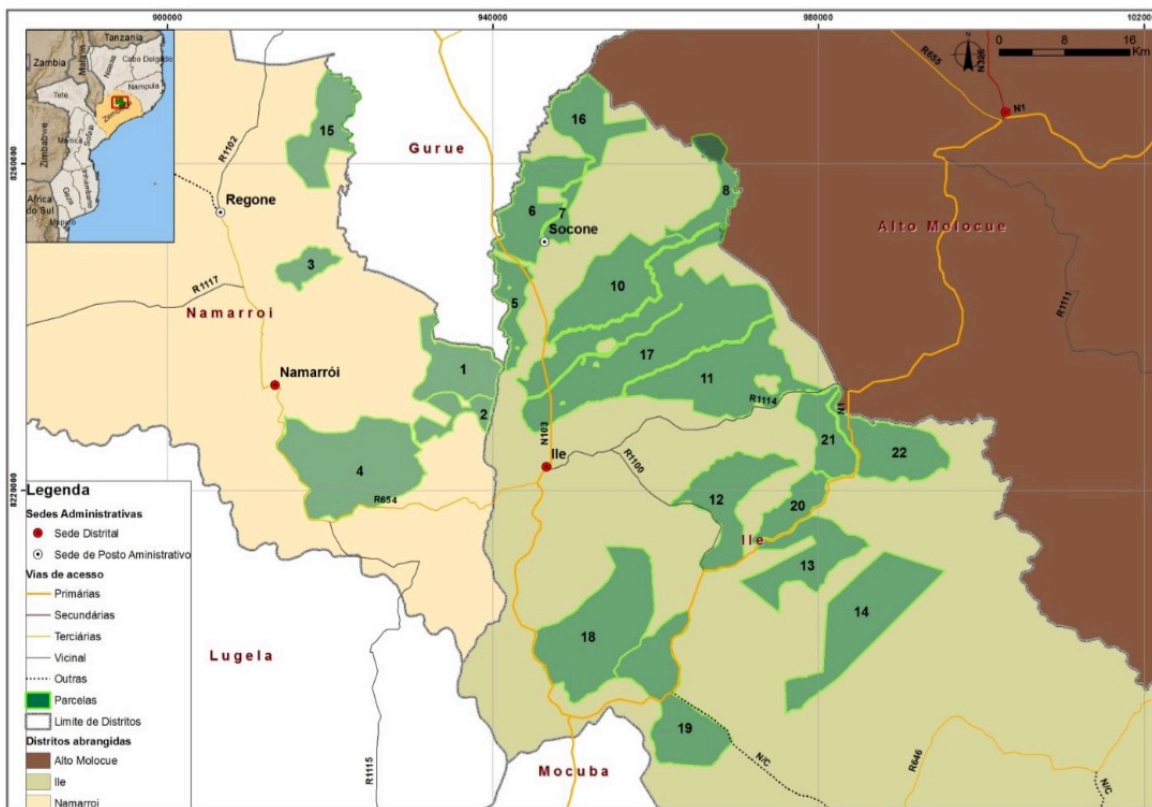
<sup>13</sup> The Oakland Institute, Understanding land investment deals in Africa - Country report: Mozambique, 2011, ver: [https://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/OI\\_country\\_report\\_mozambique\\_0.pdf](https://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/OI_country_report_mozambique_0.pdf)

<sup>14</sup> Ley da Terras, law 19/97 1 Outubro 1997, artigos 12, 13, 16 e 18, ver: <http://www.oram.co.mz/Lei-das-Terras.pdf> or [https://www.sheltercluster.org/sites/default/files/docs/lei\\_terras\\_mocambique.pdf](https://www.sheltercluster.org/sites/default/files/docs/lei_terras_mocambique.pdf)

# O PROJECTO DA ZAMBÉZIA

Segundo o Relatório do Estudo de Impacto Ambiental (Sumário Não Técnico), um projecto de plantações florestais será instalado na província de Zambézia. A Portucel Moçambique obteve autorização n. 249/2009 para a realização do projecto através da Resolução Interna nº 7/2009 do Conselho de Ministro de Moçambique de 22/12/2009 que define termos e condições para a instalação de um projecto integrado de base florestal, industrial e energia na província da Zambézia. O DUAT (Direito de uso da terra) de 173,327 hectares concedido a Portucel Moçambique para o desenvolvimento do projecto florestal na Zambézia foi autorizado pelo Conselho de Ministro Resolução 86/2009 e publicado no da República, Serie 1, Número 52, de 31/12/2009. Todos os DUATS das parcelas florestais estão em anexo ao REIA<sup>15</sup>.

O valor estimado de investimento para o projecto de implantação da base florestal da Portucel Moçambique na Zambézia é de 198,000,000 USD dólares.



Fonte: Impacto<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Impacto, Relatório do estudo impacto ambiental da província da Zambézia, Maputo, Setembro 2014, ver:

[http://www.portucelmocambique.com/var/ezdemo\\_site/storage/original/application/4c6d4fda3a078a913cdf97b7f850e41.pdf](http://www.portucelmocambique.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/4c6d4fda3a078a913cdf97b7f850e41.pdf)

<sup>16</sup> Impacto, Relatório província Zambézia, see footnote 16

A área a ser coberta pelas plantações de eucaliptos na província da Zambézia está concentrada no Distrito de Ile e áreas circunvizinhas no Distrito de Namarroi. O projecto cobre três Distritos e cinco posto administrativos (PA) (PA), em particular:

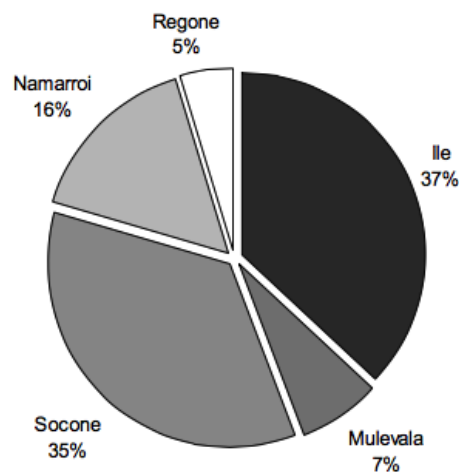
- Distrito de Ile (sede e Socone);
- Distrito de Mulevala e
- Distrito de Namarrói (Namarrói – Sede e Regone).

## O PROJECTO DE MANICA

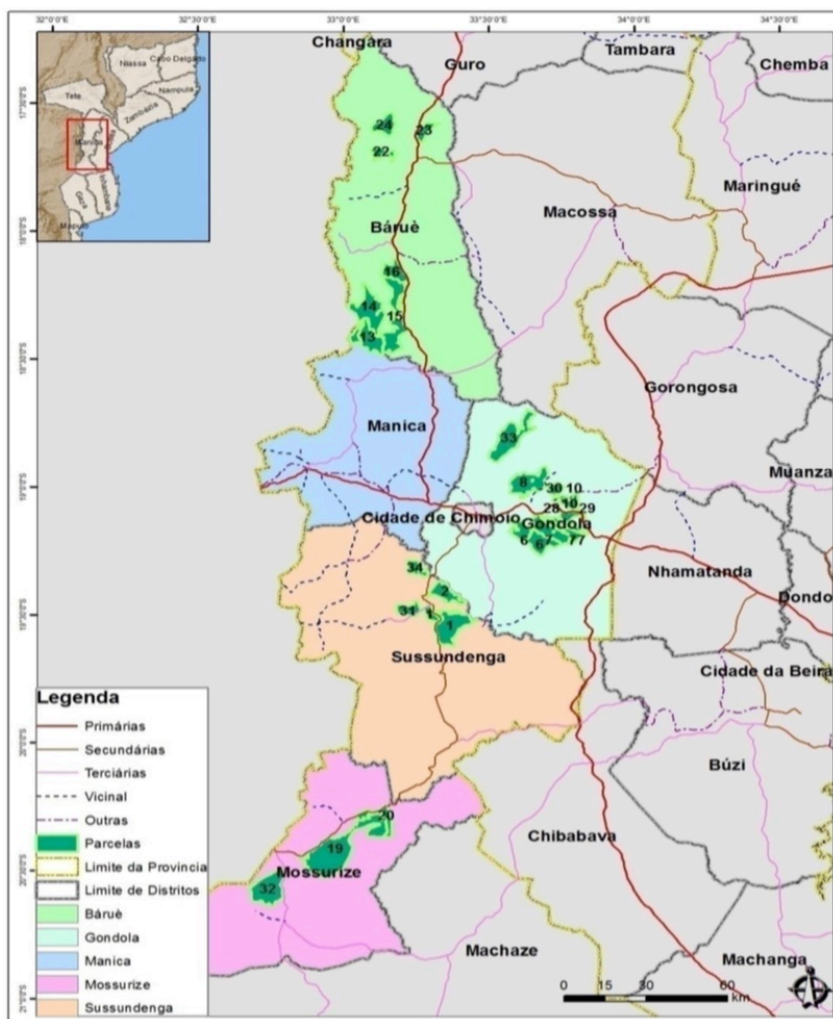
Segundo o Relatório do Estudo de Impacto Ambiental (Sumário Não Executivo), uma plantação florestal em Manica será instalada com a espécie de género *Eucalyptus* (*Eucalyptus grandis* e *Eucalyptus urophylla*) com o período de rotação de 8 anos, numa área de 126,000 ha dentro de 2/3 da área total, que é de 183,000 ha.

A Portucel Moçambique obteve Autorização n. 249/2009 para a realização do projecto através da Resolução Interna n° 7/2009 do Conselho de Ministro de Moçambique de 22/12/2009, que define os termos e condições para instalação do projecto integrado de base florestal, industrial e energia na província de Manica..<sup>17</sup>

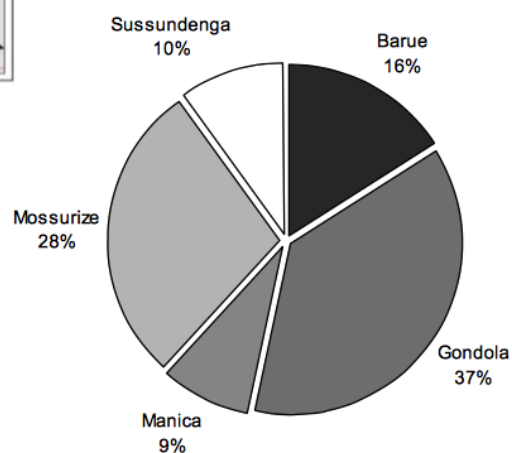
O DUAT de 182,886 ha concedido à Portucel Moçambique para o desenvolvimento do projecto florestal na provincial de Manica (Autorização n° 249/2009, Resolução Interna n° 7/2009 do Conselho de Ministros), foi publicado no Boletim da República, Seria 1. Paragrafo 52 de 30 de Dezembro de 2011 (Resolução No 2011/70 do Conselho de Ministros). Todo DUAT para as parcelas florestais está em anexo na Estudo de Impacto Ambiental (EIA). O valor de Investimento estimado para instalação da base florestal da Portucel Moçambique em Manica é de 353,500,000 dólares norte americanos.



<sup>17</sup> Impacto, Projecto de Florestal de Manica, Relatório de Avaliação de Impacto Ambiental, Maputo, Junho 2014, ver: [http://www.portucelmocambique.com/var/ezdemo\\_site/storage/original/application/4c6d4fda3a078a913cfd97b7f850e41.pdf](http://www.portucelmocambique.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/4c6d4fda3a078a913cfd97b7f850e41.pdf)



Fonte: Impacto<sup>18</sup>



O projecto cobre cinco distritos e doze postos administrativos (PA) em particular: Distrito de Bárue district (PAs de Catandica, Nhampassa e Choã);

- Distrito de Manica (PA de Mavonde);
- Distrito de Gondola (PAs de Amatongas, Cafumpe, Matsinho e Inchope);
- Distrito de Sussundenga (PAs de Sussundenga e Muhoa); e
- Mossurize (PAs de Espungabera e Dacata).

A plantação florestal maior localizar-se-á em Gondola (57, 000 ha), seguido do Distrito de Moussurize (43, 000 ha) e Bárue (24,000 ha).

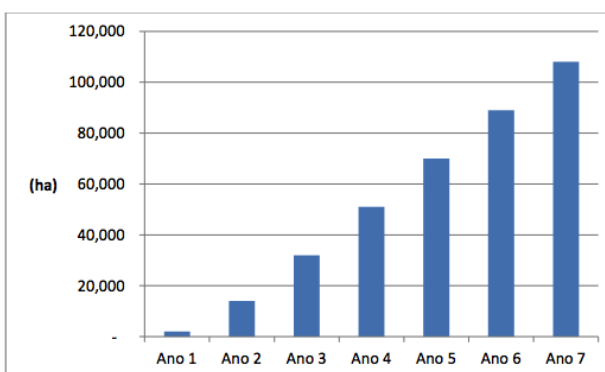
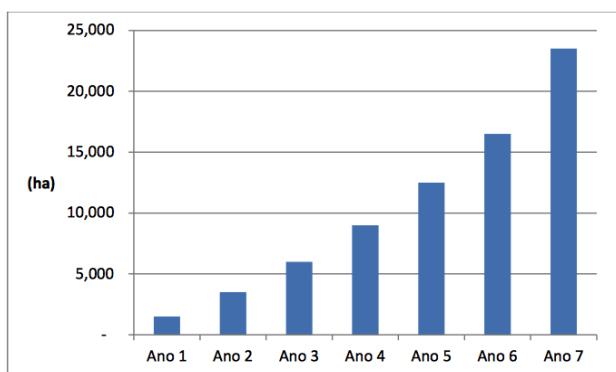
<sup>18</sup> Impacto, Relatório do estudo impacto ambiental da província de Manica, Maputo, September 2014, see: [http://www.portucelmocambique.com/var/ezdemo\\_site/storage/original/application/2ebf2b94e6be2870799d0c29da61e84b.pdf](http://www.portucelmocambique.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/2ebf2b94e6be2870799d0c29da61e84b.pdf)

# HORIZONTE TEMPORAL

As operações para a plantação florestal são precedidas de uma fase de planeamento, de onde, para cada parcela a ser convertida, qualquer área de proteção ambiental deve ser demarcada e, um conjunto de restrições (técnico, operacional e social) será aplicadas para assegurar a instalação de zonas de proteção (buffers) nos cursos de água, estradas ou comunidades. Um conjunto de corredores de proteção com um mínimo de 100 metros de largura de cada lado dos caminhos já foi contabilizado no desenho do projecto, bem como uma tampão ripícola acima de 200 metros de ao longo dos cursos de água e das estradas.

O projecto prevê um crescimento contínuo e progressivo de instalação de eucaliptos, particularmente clones híbridos GU (*Eucalyptus grandis* x *Eucalyptus urophylla*) com o espaçamento de 3x3 metros. Esta actividade inclui estabelecimento de um conjunto de operações típicas para plantações de árvores, que vão desde a preparação do terreno para a plantação até a medidas de conservação da floresta nativa e a manutenção das infra-estruturas. Prevê-se que as plantações cubram aproximadamente 69% da área total alocada pelo projecto em cerca de 12 anos. O período de rotação é de 8 anos, por fim as árvores serão cortadas, descascadas e transportadas para a fábrica de celulose.

A instalação da base florestal será gradual, e estima-se que a plantação de 2000 ha na Zambézia e 1500 ha em Manica no primeiro ano irá aumentar incrementalmente até que a área total de plantação atinja cerca de 120,000 ha na Zambézia e 126,000 em Manica depois de 12 anos<sup>19</sup>.



Plantações na Zambézia e Manica, Fonte: Impacto<sup>20</sup>

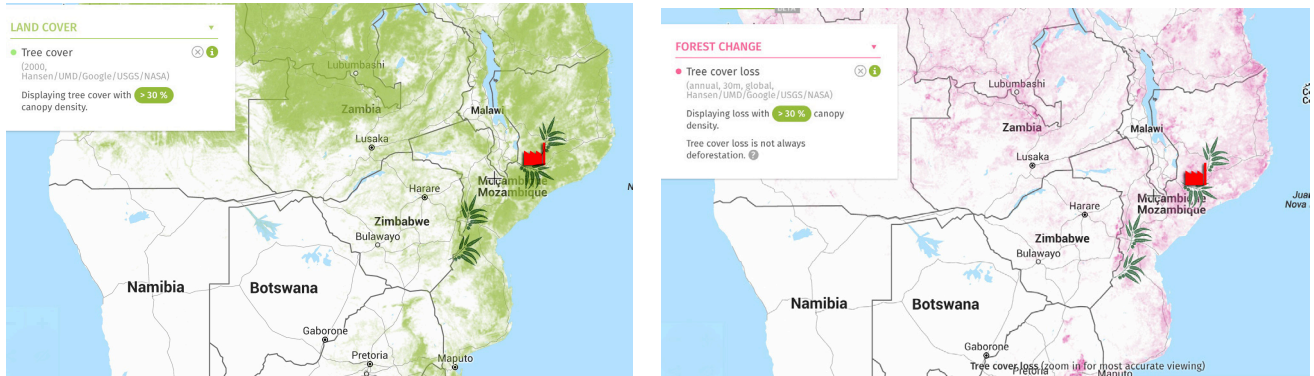
<sup>19</sup> Impacto, Relatório província Manica, ver nota de rodapé 19

<sup>20</sup> Impacto, Relatório província Manica, see footnote 19

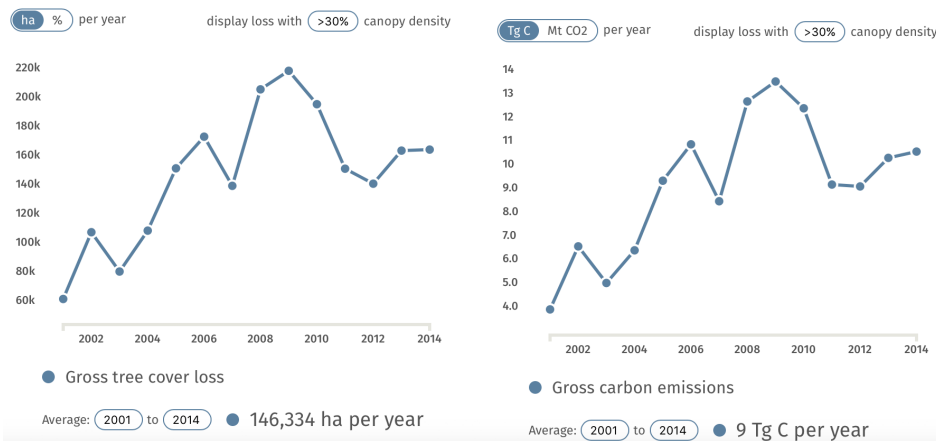
# IMPACTOS AMBIENTAIS

## Biodiversidade e desmatamento

As plantações serão alocadas em áreas florestais, onde ocorre rapidamente a desflorestação, como mostra o mapa disponibilizado pela Global Forest Watch<sup>21</sup>. A perda da floresta também está associada a alterações climáticas. No caso de Moçambique, 53.1% de emissões de gases com efeito de estufa em 2011, proveio do uso diferenciado da terra e floresta.



Factor de risco: plantações florestais comparadas o mapa de cobertura de arvores (verde) e mapa de perda de arvores (roxa)<sup>22</sup>



Desflorestação e emissão de carbono em Moçambique (Global Forest Watch<sup>23</sup>)

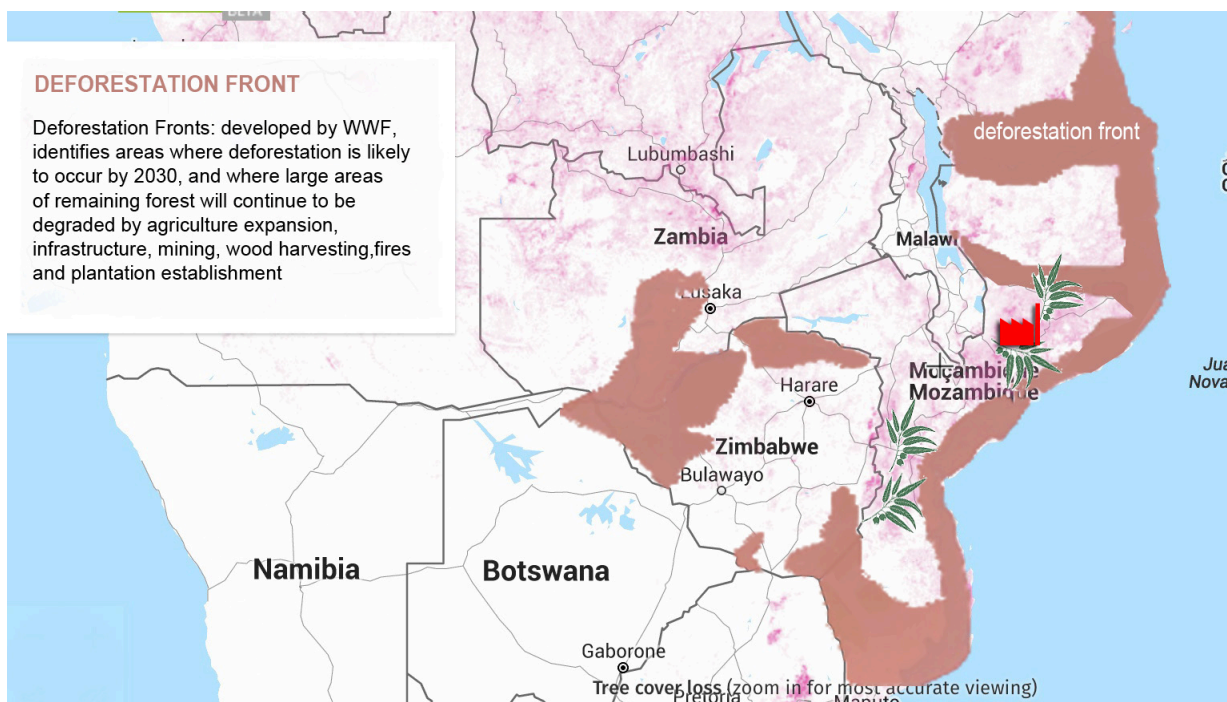
<sup>21</sup> Global Forest Watch deforestation, Perfil do país, Moçambique, veja <http://www.globalforestwatch.org/country/MOZ#>

<sup>22</sup> Global Forest Watch deforestation, arvores cobrem mudanças e terra usa mapas, veja <http://www.globalforestwatch.org/map/3/15.00/27.00/ALL/grayscale/loss,forestgain?begin=2001-01-01&end=2014-01-31&threshold=30>

<sup>23</sup> Global Forest Watch – Dados do país, ver: <http://climate.globalforestwatch.org/countries/MOZ/national>

As áreas de plantações estão localizadas nos ecossistemas da floresta oriental de miombo. Chamadas de árvores de "miombo" (*Brachystegia spp.*) que dominam a área, a floresta é composta por 8,500 espécies de plantas, dos quais mais de 300 são árvores. A paisagem da floresta oriental de miombo é um complexo mosaico, que também inclui entre outros, manchas da floresta costeira da África oriental<sup>24</sup> e o habitat das que se encontram nas montanhas africanas (afromontane habitat). As montanhas africanas, o último remanescente de uma zona de floresta mais ampla e dispersa, um habitat de maior valor de conservação, enquanto a floresta oriental da África é tida como "um paraíso para os amantes de aves com mais de 633 espécies de aves que se podem encontrar aqui; 11 dos quais são endémicos"<sup>25</sup>. Esta região é lugar de uma diversidade de espécies primitivas incluindo 3 endémicas e uma variedade de macaco altamente ameaçada e duas espécies endémicas de *bushbabies*<sup>26</sup>. Nesta região, o abate insustentável e a produção de papel são causas secundárias da desflorestação.

A fábrica de celulose e as plantações estarão localizadas a pouca distância da zona de risco de desflorestação identificada pela WWF, como aqueles que representaram mais de 80% da perda de floresta projectada globalmente até 2030<sup>27</sup>.



Factor de Risco: sobreposição com WWF zonas de desflorestação<sup>28</sup>

<sup>24</sup> WWF prioridade Eco região, ver:

<http://panda.maps.arcgis.com/apps/OnePane/basicviewer/index.html?appid=d47e21048bf343cba769fa4527e5658c>

<sup>25</sup> WWF, Floresta da Costa oriental de África, ver:

[http://www.wwf.se/source.php/1418301/Threatened%20Spaces,%20Disappearing%20Species\\_nov%202011.pdf](http://www.wwf.se/source.php/1418301/Threatened%20Spaces,%20Disappearing%20Species_nov%202011.pdf)

<sup>26</sup> WWF, The Forests and Woodlands of the Coastal East Africa Region, ver:

[http://wwf.panda.org/about\\_our\\_earth/ecoregions/estafrica\\_coastal\\_forests.cfm](http://wwf.panda.org/about_our_earth/ecoregions/estafrica_coastal_forests.cfm)

<sup>27</sup> WWF, Deforestation Fronts, ver: [http://wwf.panda.org/about\\_our\\_earth/deforestation/deforestation\\_fronts/](http://wwf.panda.org/about_our_earth/deforestation/deforestation_fronts/)

<sup>28</sup> WWF, Deforestation Fronts, veja a nota de rodapé 28

Na província da Zambézia as plantações serão desenvolvidas no distrito de Ile e Namarroi caracterizadas pelas floresta decídua de miombo, enquanto que na província de Manica a área é coberta pela floresta semi-decídua de miombo (*Brachystegia spiciformis*), decídua de miombo decíduos miombo (*Brachystegia spiciformis* - *Julbernardia globiflora*), savanas (*Parinari curatellifolia*) e floresta viva.

Apesar de ser considerado paraíso dos amantes de pássaros,<sup>29</sup> a floresta costeira da África oriental está a desaparecer rapidamente.<sup>30</sup>

De acordo com o estudo de avaliação de impacto ambiental, ainda existem animais selvagens nas áreas a serem convertidas em áreas de plantações de eucaliptos. Contudo, a metodologia adoptada para essa avaliação pode ser questionada. Para fazer-se uma avaliação sobre a existência de animais selvagens, especialmente grandes mamíferos, o primeiro passo seria perguntar a comunidade local sobre a presença do tipo de animal na região. As pessoas na comunidade tem diferentes percepções sobre a presença de animais selvagens na região, porem, entrevistando um número de pessoas pode fornecer uma informação equilibrada, enquanto a procura de pegadas, rostos e outros vestígios pode fornecer uma confirmação definitiva sobre a presença dos animais na área. A abordagem usada pela Impacto foi de enviar os investigadores para regiões remotas, sem o conhecimento local, sem reparar nos vestígios ou outras evidências, porem tentando ver se por alguma hipótese poderiam descobrir a existência de algum animal. O resultado foi que, segundo o estudo de impacto os investigadores encontraram poucos animais selvagens, quase nenhum mamífero, porem não podemos dizer que isso corresponde a verdade. O que está certo a partir desses estudos é que em muitos casos as parcelas são rodeadas de terras degradadas, ao que, essas áreas podem acomodar o último habitat considerável para a vida selvagem. Isso será difícil verificar depois da conversão em plantações.

De acordo com as avaliações de impacto ambiental, o eucalipto foi plantado em terras agrícolas antigas ou degradadas para criar novos habitats, para melhorar a conectividade e fornecer vínculos que permitam que os animais se dispersem ou contribuam para parar a desertificação em terras instáveis ou em áreas propensas à desertificação, bem como, ao solo seco e húmido. No entanto, plantações de eucaliptos de larga escala tais como as do projecto da Portucel Moçambique, são grandes blocos homogéneos, caracterizada por uma única espécie alienígena dominante, que cresce sob gestão intensiva. Esta gestão envolve a lavragem da terra (intensiva), adubação, uso de herbicida, desmatamento, abate de árvores doentes, desbaste, a perseguição de animais que podem danificar as árvores e a exploração periódica. Todos esses factores causam mudanças profundas na flora e fauna dos ecossistemas sistema locais.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup>WWF, The Forests and Woodlands of the Coastal East Africa Region, veja a nota de rodapé 26

<sup>30</sup>Global Forest Watch deforestation, Perfil do país, Moçambique, ver nota de rodapé 22

<sup>31</sup> Ricardo Carrere, Investindo em Celulose no Sul, 1996, ver: [http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/04/Pulping\\_the\\_South.pdf](http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/04/Pulping_the_South.pdf)

As plantações industriais começam por eliminar a vegetação natural, e a maioria das espécies de locais de plantas são removidas. As espécies florestais pioneiras que voltam a crescer são eliminadas, ou através do uso de máquinas ou de herbicidas. As espécies que conseguem sobreviver no meio das plantações ou das queimas descontroladas são periodicamente eliminadas para reduzir a competitividade no consumo de água e nutrientes e também atenuar o risco de explosão de fogo.

Neófitos e plantas crescidas (que podem ser escaladas) que apoiam outra fauna também desaparecem com as plantações em larga escala.

Estudos sobre a fauna do solo nas plantações de eucaliptos são raros. No entanto, somente um grupo relativamente pequeno consegue-se adaptar ao novo

ambiente criado nas plantações e algumas espécies são eliminadas porque perigam a produtividade das plantas<sup>32</sup>.



Plantações da Portucel em Socone, Província da Zambézia (Impacto)

O outro motivo de preocupação é eliminação do uso da floresta tradicional: extração de combustível vegetal para confeccionar refeições e a produção de carvão (uma actividade em que em algumas regiões é fonte de rendimento) que já impacta (porém ainda não destrói completamente a floresta).

A instalação de plantações de árvores exóticas de grande escala pode desalojar essas actividades e concentrá-las nas restantes terras disponíveis, tornando os seus impactos mais severos e insustentáveis<sup>33</sup>.

Para se ultrapassar dúvidas sobre a perda da biodiversidade, o projecto da Portucel Moçambique inclui o Plano de Conservação de Habitat e Flora e um Plano de Gestão Ambiental, que inclui um número de provisões (tais como restrição da áreas para uso da população local, estabelecendo limites, etc) que são insuficientes para proteger o valor da biodiversidade e serviços, especialmente, porque nesta época a biodiversidade florestal já esta amplamente sendo destruída com o decurso das actividades de plantação dos eucaliptais da Portucel. Além disso, a Portucel anunciou provisões para fragmentação, alteração e ou perda de habitats. O princípio da precaução conforme

---

<sup>32</sup> Ricardo Carrere, Investindo em Celulose no Sul, veja a nota de rodapé 32

<sup>33</sup> Conversão em Diversidade Biológica, Princípios de Precaução. O principio de preocupação estabelece guias “severas ou irreversíveis” o dano mencionado na Declaração do Rio deve ser interpretado no contexto da biodiversidade. Afirma onde há uma meação de redução significativa ou perda da biodiversidade biológica”. O principio de precaução foi amplamente incluído nas decisões e no trabalho relacionado a biossegurança marine e biodiversidade costeira. (Decisões II/10, SBSTTA I/8), espécies aliégenas invasoras (Annex, Decision VI/23, veja também V/8), abordagem do ecossistema (Decisões V/6), 4 e diretrizes sobre uso sustentável (Decisões VII/12). ver: <https://www.cbd.int/doc/articles/2008/A-00637.pdf>

formulado pela Convenção sobre a Diversidade Biológica, sugere evitar a perda de habitats, em vez de compensar a perda através do projecto de "Compensação da biodiversidade" em outros lugares.

O princípio de precaução devia igualmente ser adoptado porque a Portucel Soporcel foi criticada no passado por praticas ambientais pobres nas suas plantações de eucaliptos em Portugal<sup>34</sup>. Na verdade o que esta a acontecer é a conversão em larga

escala de florestas em plantações de eucaliptos, indevidamente convertidas devido ao seu esquema de compensação convenientemente ajustado.



Portucel Terras limpa S Amatongas, Província de Manica (Impacto).

### **1) A Portucel não vai proteger a paisagem, apenas irá reservar 10% da terra, independentemente da área densamente florestada que será destruída.**

Da área total de 357,252 ha obtida pela Portucel para o projecto 135,032.2 ha estão nos ecossistemas da floresta (maioritariamente miombo). Uma parte significativa desses ecossistemas, incluindo 114,806.1 ha da área de floresta densa "áreas ecologicamente sensíveis" serão cortadas e convertidas em plantações de eucaliptos. A empresa irá apenas compensar 96,220.4 ha em algum lugar (na verdade, menos que a metade, apenas 41,086 ha calcularmos a terra que a empresa pode explorar, que não está localizada em áreas com rochas ou montanhas<sup>35</sup>. Como resultado grandes áreas de floresta de miombo serão destruídas, enquanto apenas cerca de 10% é suposto ser protegido na implementação do projecto.

### **2) Uma compensação conveniente**

a compensação da biodiversidade através de "compensação" (offsetting) é uma abordagem que está longe de alcançar o consenso na comunidade científica. Neste caso, no entanto, a situação é ainda pior: a empresa não irá compensar todos os habitats que irá converte-los em plantações, mas apenas 10% deles. A abordagem escolhida pela empresa é desflorestar todas as suas terras - independentemente dos valores da biodiversidade - e concentrar a compensação em algumas áreas mais intactas (na província de Zambézia: Socone\_Sul1, Socone\_Norte1 e Regone1, na província de Manica: Nhampassa1, Nhampassa3, Sussundenga3, Dacata1 e a parte norte de Dacata

---

<sup>34</sup> Quercus, Portucel avança com expansão de novos eucaliptais aumentando as monoculturas existentes, Setembro2012, ver: <http://www.quercus.pt/comunicados/2012/setembro/42-maiseucaliptais>

<sup>35</sup> Avaliação de Impacto Ambiental "compensação" as áreas são poucas mais de 10% da proteção mandatária. EIA also claims that being the "compensation" areas a little more than the 10% of mandatory protection, there is "a net gain of biodiversity".

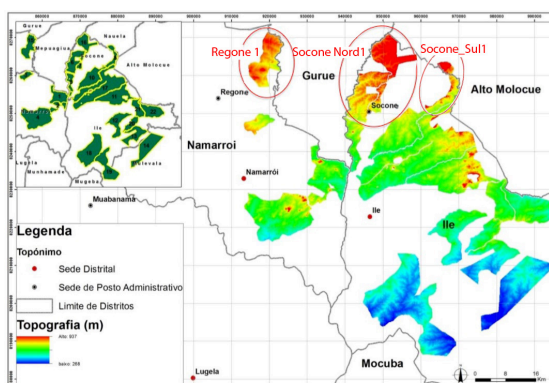
Na realidade, o relatório de avaliação de impacto ambiental parece que o negocio de "compensação beneficia as áreas de plantação, que ganho de 3.475 há na Zambézia e 14.052 em Manica ao custo das áreas protegidas. De: Impacto, relatório da província de Zambézia, ver nota de rodapé 16 e Impacto, relatório da província de Manica, veja a nota de rodapé 19.

A empresa diz que a lógica de concentrar as áreas de conservação em alguns blocos é para minimizar a fragmentação (mitigação por compensação da biodiversidade) e para facilitar a gestão das plantações. No entanto, essas áreas estão mais intactas por uma razão simples: são menos acessíveis com máquinas pesadas. Socone\_Sul1, Socone\_Norte1, Regone1, Nhampassa1 e 3, Sussundenga3 estão localizados nas áreas mais altas (principalmente com altitudes superiores a 800 m)<sup>36</sup>, Enquanto Dacata 1 e 2 são caracterizados por "um grande número de formações rochosas e cumes [que] estão se estendem dentro desses PCAs, que contribuem para a sua inacessibilidade e, portanto, para a sua integridade ecológica porque as áreas de pedra/rochas impedem a agricultura (e também as plantações).

A razão pela qual as áreas escolhidas ainda são relativamente intactas é que elas são menos adequadas para a agricultura e, em muitos casos, menos acessíveis com máquinas pesadas.

Isso levanta a suspeita de que a "compensação" é muito conveniente para a empresa, pois eles vão conservar as áreas em grande medida inadequadas para as plantações industriais de árvores, ao mesmo tempo que convertem os preciosos Altos Valores de Conservação (High Conservation Values – HCVs) em plantações<sup>37</sup> (contrariando as regras do sistema FSC - Forest Stewardship Council).

Note que as áreas a serem protegidas não são florestas (somente 30,556 ha são florestas), então, mesmo a reivindicação de compensar 10% da autorização é defeituosa.



Como resultado, 114,806,1 ha de floresta densa será cortada, enquanto apenas 31,505,4 ha de terras exploráveis (não incluindo picos e rochas) serão alocados para conservação. Isso não é o que pode ser definido como evitar impactos na biodiversidade e nos serviços dos ecossistemas. Também duvidamos que esta abordagem de compensação satisfaça o BBOP (Business and Biodiversity Offset)<sup>38</sup>, Conforme reivindicado pelo plano de gestão ambiental.

<sup>36</sup> Também não está claro se o habitat que será retirado será o mesmo do que a ser preservado. Sendo último numa altitude alta, podemos igualmente imaginar que será substancialmente diferente.

<sup>37</sup> Impacto, Relatório província Manica, veja a nota de rodapé. 19

<sup>38</sup> Negócio e Biodiversidade programa de compensação (BBOP), o padrão sobre a compensação de biodiversidade, notas de orientação, 2012, ver: [http://www.forest-trends.org/documents/files/doc\\_3099.pdf](http://www.forest-trends.org/documents/files/doc_3099.pdf)

<b>Zambézia</b>	Hectares de área Total adquirida pela Portucel	hectares de áreas com encostas, rochas, e picos	Hectares de áreas ecologicamente sensíveis e de floresta densa	Hectares de áreas ecologicamente sensíveis e floresta densa a ser cortada	Hectares de áreas de compensação da biodiversidade	Hectares de áreas ecologicamente sensíveis e de floresta densa a ser protegida	Áreas exploráveis a serem protegidas
Ile1	4443	821	1096	1096			
Ile2	7583	1277	1434	1434			
Ile3	8253	1565	2666	2666			
Ile4	3485	684	818	818			
Ile5	7408	1207	1583	1583			
Ile6	12790	1815	4178	4178			
Mocuba1	15284	2358	4813	4813			
Mocuba2	11009	1613	2317	2317			
Regone1	6601	1549	3913		6600,6	3913	5051,6
Regone2	2236	542	590	590			
Socone_Norte1	5890	1508	3508		5890,4	3508	4382,4
Socone_Norte2	7222	942	942	942			
Socone_Norte3	1434	233	233	233			
Socone_Norte4	3292	638	729	729			
Socone_Norte5	6140	2611	2611	2611			
Socone_Norte6	2808	1256	1256	1256			
Socone_Norte7	15797	4799	5528	5528			
Socone_Sul1	3588	2023	3109		3588,3	3109	3588,3
Socone_Sul2	9438	1446	2439	2439			
Socone_Sul3	26784	5949	12379	12379			
Socone_Sul4	12918	4116	7815	7815			
<b>Total de área da Portucel na Zambézia</b>	174403	38952	63957	53427	16079,3	10530	13022,3

<b>Manica</b>	Hectares de área Total adquirida pela Portucel	hectares de áreas com encostas, rochas, e picos	Hectares de áreas ecológicamente sensíveis e de floresta densa	Hectares de áreas ecológicamente sensíveis e floresta densa a ser cortada	Hectares de áreas de compensação da biodiversidade	Hectares de áreas ecológicamente sensíveis e de floresta densa a ser protegida	Áreas exploráveis a serem protegidas
Amatongas1	93,5	9,3	9,3	9,3			
Amatongas10	7631,2	1371,2	2408,6	2408,6			
Amatongas11	4509,2	1038	1227,1	1227,1			
Amatongas12	6564,7	1749,6	2884,6	2884,6			
Amatongas2	749,6	185,6	189,6	189,6			
Amatongas3	2846,5	401,3	536,3	536,3			
Amatongas4	850,2	67,5	69,2	69,2			
Amatongas5	2224,8	477	880,7	880,7			
Amatongas6	735,1	277,1	453,9	453,9			
Amatongas7	1350,6	321,2	413	413			
Amatongas8	1109,8	170,2	194	194			
Amatongas9	2369,1	350,6	840,5	840,5			
Cafumpe1	10321,3	2165	2441,9	2441,9			
Cafumpe2	2111,5	383	397,4	397,4			
Catandica1	5286,9	916,3	1064,9	1064,9			
Catandica2	14804,2	3370,4	3805,1	3805,1			
Choã	12784,4	2885	5087,3	5087,3			
Dacata1	4755,9		3677,8		4755,9	3677,8	4755,9
Dacata2	28620,6	5572	17678,8	20859,9	7760,7	17678,8	2188,7
Espungabera	12760,7	1853,8	1875,7	1875,7			
Matsinho	13210,6	2877	2877	2877			
Mavonde	9466,7	1804,3	3257,8	3257,8			
Nhampassa1	5078,8		4073,8		5078,8	4073,8	5078,8
Nhampassa2	2911,6	843,6	1261,1	1261,1			
Nhampassa3	2704,9		2229,5		2704,9	2229,5	2704,9

Sussundenga1	3294,3	389,3	701,9	701,9			
Sussundenga2	5518,9	1298,5	2029	2029			
Sussundenga3	3754,8		2896,1		3754,8	2896,1	3754,8
Sussundenga4	2140	339,1	536,9	536,9			
Sussundenga5	12288	1851,7	5076,4	5076,4			
<b>Área Total da Portucel Manica</b>	<b>182848,4</b>	<b>32967,9</b>	<b>71075,1</b>	<b>61379,1</b>	<b>24055,1</b>	<b>30556</b>	<b>18483,1</b>

Área total da Portucel em Moçambique	Hectares de área Total adquirida pela Portucel	hectares de áreas com encostas, rochas, e picos	Hectares de áreas ecologicamente sensíveis e de floresta densa	Hectares de áreas ecologicamente sensíveis e floresta densa a ser cortada	Hectares de áreas de compensação da biodiversidade	Hectares de áreas ecologicamente sensíveis e de floresta densa a ser protegida	Ares exploráveis a serem protegidas
<b>Total</b>	<b>357.252,4</b>	<b>34.819,6</b>	<b>135.032,2</b>	<b>114.806,1</b>	<b>96.220,4</b>	<b>30.556</b>	<b>41.086</b>

Elaborado pela Impacto, Relatório do estudo impacto ambiental da província da Zambézia, Maputo, p. 397, Setembro 2014, e Relatório do estudo impacto ambiental da província de Manica, Maputo, Setembro 2014, p. 415.

## Impactos nos solos

Os efeitos das plantações florestais nos nutrientes dos solos depende do ciclo da sua exploração. Quanto mais frequente for a exploração maior é a quantidade de nutrientes que é exportada.

Em plantações de árvores em grande escala, o equilíbrio de nutrientes é gravemente afetado. O eucalipto tende a reduzir a ação de agentes decomposição, como fungos e bactérias, de modo que os nutrientes contidos na lixeira no solo não são liberados de forma que permita que eles sejam facilmente absorvidos pelas raízes. A exportação de nutrientes (que são removidos do local com a madeira) leva, pelo menos, a solos naturalmente ácidos e nutrientes pobres em ecossistemas de pastagens, a uma maior acidificação. Alterações químicas, como a acidificação do solo e a introdução de novos compostos químicos tornam a vida mais difícil para muitos decompositores, e mudanças na humidade, temperatura e luz podem ter um impacto adicional. A folhada dos eucaliptos contém taninos, ligninas, óleos, ceras e outras substâncias, que são difíceis de digerir ou mesmo tóxicas para a flora e fauna do solo. Muitos decompositores que não conseguem se adaptar simplesmente desaparecem. Como resultado, a folhada decompõe-se muito lentamente e se acumula no solo, evitando a infiltração da chuva e aumentando a evaporação.

Além disso, um estudo destacou o risco de erosão do solo em plantações de eucalipto com uma quantidade de precipitação maior que 5 mm<sup>39</sup>, como é o caso das áreas em Moçambique<sup>40</sup>.

Outro impacto negativo sobre os solos pode relacionar-se com o uso de máquinas pesadas de exploração madeireira no local, que modifica as características físicas dos solos através da compactação e pode levar a uma erosão aumentada. Como de costume, a Avaliação do Impacto Ambiental para as plantações de Portucel Moçambique incluirá um Estudo do Solo, que avaliará os riscos de erosão e a pressão das plantações nos sistemas agrícolas dos camponeses, mas não está claro quais medidas efetivas serão tomadas para evitar esses riscos.

## Poluição

Não temos informações específicas sobre impactos das plantações Portucel Moçambique, visto que a mesma não teve o cuidado de informar os actores envolvidos no projecto e as comunidades sobre o uso de pesticidas e os seus efeitos sobre a qualidade das águas do subsolo nas áreas onde esta constitui a única fonte deste recurso.

---

<sup>39</sup> Guoyi Zhou, Xiaohua Wei, Junhua Yan, Impacto de eucaliptos (Eucalipto Extorta) plantação de sedimentos na Província de Guadong, Sudoeste da China – uma abordagem da energia cinética, Dezembro 1999, ver: <http://www.cnern.org/eWebEditor/uploadfile/20126811150706.pdf>

<sup>40</sup> Um dia de uma chuva tropical pode ocasionalmente atingir 11-29% anualmente. Impacto, Relatório província Manica, veja a nota de rodapé 19.

Geralmente as plantações industriais de árvores de rápido crescimento, como o eucalipto, exigem grandes quantidades de pesticidas, herbicidas e fertilizantes, que poluem a água e os solos e afectam os meios de subsistência das comunidades envolventes e a jusante. Fertilizantes, herbicidas e pesticidas transportados por vento ou água podem ter impactos muito além da área da plantação. Esses produtos químicos contaminam o solo, as vias navegáveis e a atmosfera e afetam pessoas, plantas e animais selvagens.

## Impactos no ciclo da água

As plantações de eucaliptos de rápido crescimento usam grandes quantidades de água e, muitas vezes, têm um impacto negativo nas terras agrícolas ao redor e a jusante das áreas da plantação. O eucalipto é uma árvore alienígena de rápido crescimento que requer uma média de 30 litros de água por dia<sup>41</sup>. As plantações são caracterizadas por sistemas radiculares profundos e por copas altas, densas e perenes. Quando plantada em uma densidade de 400 árvores / hectare, uma plantação de eucalipto de 70.000 ha absorverá do solo 840 milhões de litros todos os dias. Nas áreas circundantes, o nível de água dos poços cairá drasticamente. Os riachos, as zonas húmidas e os lagos também podem ser afetados negativamente, especialmente durante a estação seca, levando a uma escassez geral de água que prejudica os ecossistemas aquáticos e prejudica a utilidade de água para a população local.

As fábricas de celulose também utilizam grandes quantidades de água. Essas mudanças no ciclo da água podem reduzir a disponibilidade de água para outros meios de subsistência, incluindo a agricultura local. Também podem afectar o clima local e aumentar os impactos das secas. Esses impactos podem ser mais graves nos distritos que evoluem as plantações da província de Manica (Báruè, Gondola, Sussundenga e Mossurize), que já são afetados pela seca. A avaliação ambiental de Portucel menciona um Plano de Monitorização da Água, mas isso não foi tornado público até o momento e não há provisões claras para preservar a água.

## Infraestruturas

O projecto exigirá a abertura de estradas nas áreas das plantações de um comprimento total de 1200 km em ambas as províncias e 280 km de



Caminho da Portucel em Amatongas (Província de Manica).

---

<sup>41</sup> Janine M. Albaugh, Peter J. Dye, 2 and John S. King, Eucalyptus and Water Use in South Africa, Fevereiro 2013, <http://www.hindawi.com/journals/ijfr/2013/852540/>

perímetro da área de ocorrência de incêndios<sup>42</sup>. O próprio desenvolvimento rodoviário causa uma quantidade limitada de desmatamento. Mas as estradas também fornecem entrada em áreas anteriormente inacessíveis - e muitas vezes não reclamadas -. A exploração madeireira, tanto legal como ilegal, geralmente acompanha a expansão das estradas.

As estradas e as áreas derrubadas tornam-se um magnete para os residentes – camponeses e agricultores que cortaram e queimam a floresta restante para cultivo ou pastagens de gado, completando a cadeia de desflorestação que começou com a construção de estradas<sup>43</sup>. Como exemplo, no caso da Amazônia brasileira, um estudo recentemente publicado pela revista *Conservação Biológica* descobriu que 94,9 por cento do desmatamento na região ocorre em terra a menos de 5 km de uma estrada ou rio navegável<sup>44</sup>. Um estudo semelhante destacou os impactos das estradas nas florestas (muito menos perturbadas) na República Democrática do Congo<sup>45</sup>.

## IMPACTOS SOCIAIS

Alguns dos impactos sociais que podem vir das plantações que serão estabelecidas pela Portucel já foram identificados no relatório de Avaliação de Impacto Ambiental divulgado pela Impacto. Este relatório menciona primeiro algumas das preocupações expressas pela população local e interessadas ou afetadas durante reuniões realizadas na cidade de Quelimane e nos distritos de Namarrói e Ile para as plantações de Zambézia, e em Chimoio e nos distritos de Gondola, Sussundenga, Manica e Mossurize para as plantações de Manica<sup>46</sup>.

As principais questões levantadas pelas comunidades foram as seguintes:

- Falta de áreas disponíveis para o desenvolvimento do projecto.
- Falta de uma delimitação clara das áreas da Portucel e da Comunidade.
- Preferência de projectos focados para produção de alimentos e não os de produção de não-alimentos.

---

<sup>42</sup> Impacto, Relatório província Zambézia, ver nota de rodapé 9 e Impacto, Relatório província Manica, ver nota de rodapé 12

<sup>43</sup> Earth Observatory, Causes of Deforestation, ver:  
[http://earthobservatory.nasa.gov/Features/Deforestation/deforestation\\_update3.php](http://earthobservatory.nasa.gov/Features/Deforestation/deforestation_update3.php)

<sup>44</sup> Christopher P. Barber, Mark A. Cochrane, Carlos M. Souza Jr, William F. Laurance. Roads, deforestation, and the mitigating effect of protected areas in the Amazon. *Biological Conservation* 177 (2014) 203–209, ver:  
<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S000632071400264X>

<sup>45</sup> Man Li, Alessandro De Pinto, John M. Ulimwengu, Liangzhi You, Richard D. Robertson, Impacts of Road Expansion on Deforestation and Biological Carbon Loss in the Democratic Republic of Congo, march 2015, ver:  
<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10640-014-9775-y#page-1>

<sup>46</sup> Impacto, Relatório província Zambézia, veja a nota de rodapé 9 e Impacto, Relatório província Manica, veja a nota de rodapé 19.

- Já há conflitos de terras que forçaram as populações a fugirem para outras áreas.
- Falta de conhecimento sobre o projecto.
- Perca de terrenos agrícolas, machamba, locais de pastagem e meios de subsistência.
- Parte das comunidades tem expectativas de voltar a ter suas terras a medio prazo.
- Insegurança em relação ao futuro das comunidades e das suas crianças devido a perca de terras.
- Muitas comunidades estão cépticas quanto ao processo de aquisição de DUATs visto que não participaram desse processo, ao que, solicitam que o processo seja revisto.
- As comunidades não são informadas sobre a duração do projecto e sobre as áreas que irá ocupar.
- Falta de canais de comunicação dentro do projecto através dos quais as comunidades podem expor suas preocupações.
- Falta de transparência no projecto com os líderes das comunidades locais em relação à ocupação de terras dentro do DUAT, o que cria conflitos entre comunidades e seus líderes.
- Falta de contratos de trabalho entre os trabalhadores contratados para trabalhar nas plantações e a empresa.
- Medo de haver uma onda crescente de criminalidade resultante da implementação do projecto.

Outras preocupações sérias dizem respeito ao risco de incrementar os conflitos dentro da comunidade entre pessoas que obtêm alguns benefícios com o desenvolvimento da plantação e pessoas desgastadas por seus impactos e a prática de ter negócios paralelos com os líderes comunitários, sem envolver toda a comunidade. Embora seja um bom exercício de transparência que essas questões tenham sido tornadas públicas, não parece que a empresa esteja pronta para abordar adequadamente os impactos sociais causados por suas plantações.

Esta breve lista destaca que a empresa não implementou os princípios do consentimento livre, prévio e informado<sup>47</sup>. Parece que algumas pessoas nas comunidades ainda acreditam que suas terras serão devolvidas após alguns anos, enquanto outras nem sequer sabem se sua própria terra foi dada à empresa. Além disso, as pessoas contratadas para instalar a plantação parecem não ter contratos claros.

---

<sup>47</sup> Forest Peoples Programme, Free, Prior and Informed Consent, ver: <http://www.forestpeoples.org/guiding-principles/free-prior-and-informed-consent-fpic>

## Usurpação de terra

Sem uma planificação cuidadosa, as plantações industriais de árvores de grande escala provavelmente aumentarão a pobreza rural. As plantações exigem grandes áreas de terra que muitas vezes são cruciais para os meios de subsistência da comunidade local. O sistema agrícola rotacional das comunidades que tem suporte em machambas, floresta comunitária, é muitas vezes descrito como "degradado" por consultores de produção de madeira e proponentes de plantações. Quando a terra é convertida em plantações de árvores, a perda de terras e hidrologia e mudanças dramáticas na paisagem causadas por plantações industriais de árvores prejudica a cultura e a identidade das pessoas rurais e reduz o acesso aos medicamentos tradicionais. Nas áreas em que a Portucel está a desenvolver suas plantações, a principal fonte de meios de subsistência é a agricultura familiar de subsistência, praticada sem maquinaria, em um sistema de consórcio baseado principalmente em variedades locais, com culturas como mandioca, milho e feijão ou feijão buere, ou sorgo, milho e feijão buere e, em menor escala, amendoim.

De acordo com a União Nacional dos Camponeses - UNAC, o projecto Portucel Moçambique afecta 25 mil famílias<sup>48</sup>. De acordo com ADECRU (Ação Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais), as famílias indiretamente afectadas contabilizam-se pelo menos 50.000<sup>49</sup>.

A Portucel venceu que "Caso as comunidades ou famílias não estejam interessados no projecto da Portucel Moçambique, a empresa procura uma outra área alternativa", sendo rigorosamente rejeitado qualquer ato de pressão ou coacção por parte dos seus colaboradores<sup>50</sup>, alegando que 200 comunidades estiveram envolvidas em 62 reuniões de consulta envolvendo 15 mil pessoas<sup>51</sup>. No entanto, as ONGs reportam que essas reuniões não foram suficientemente informativas. A associação Justiça Ambiental (Amigos da Terra Moçambique) realizou visitas de campo em 2014 e 2015, entrevistando 114 pessoas das comunidades.<sup>52</sup> Embora a maioria tenha confirmado a existência de uma reunião com a empresa, a maioria (80%) disse que não entendia a maior parte do

---

<sup>48</sup> Clemente Ntauazi, Camponeses acusam candidatos à Presidência da República de marginalizarem a agricultura camponesa, 6 Outubro 2014, ver: <https://adecru.wordpress.com/2014/10/06/camponeses-acusam-candidatos-a-presidencia-da-republica-de-marginalizarem-a-agricultura-camponesa/#more-276>

<sup>49</sup> Notícias Online, Plantação de eucaliptos: Envolver comunidades para melhor viabilizar o projecto, 17 Abril 2015, ver: <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/ciencia-e-ambiente/34919-plantacao-de-eucaliptos-envolver-comunidades-para-melhor-viabilizar-o-projecto.html>

<sup>50</sup> Portucel Moçambique, Procedimento de Acesso a Terra, Maputo, Janeiro 2015, ver: [http://www.portucelmocambique.com/var/ezdemo\\_site/storage/original/application/299150b7bdfb34071390d4486fee9e45.pdf](http://www.portucelmocambique.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/299150b7bdfb34071390d4486fee9e45.pdf)

<sup>51</sup> Portucel Moçambique, Consultas Publicas sobre o projecto envolveram mais de 15.000 pessoas, Maputo, Janeiro 2015, ver: [http://www.portucelmocambique.com/var/ezdemo\\_site/storage/original/application/0eb20071623df5b13e82c17f26545990.pdf](http://www.portucelmocambique.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/0eb20071623df5b13e82c17f26545990.pdf)

<sup>52</sup> As comunidades entrevistadas por Justiça Ambiental são: Hapala (Socone in Mualacamue, Posto Administrativo de Socone) and Namucarrau (district of Mulevala, Posto Administrativo de Mbauane). In Justiça Ambiental, Portucel - O Processo de acesso à Terra e os direitos das comunidades locais, 21 September 2015, p.10, ver: [https://issuu.com/justicaambiental/docs/portucell\\_com\\_graficos\\_novos\\_](https://issuu.com/justicaambiental/docs/portucell_com_graficos_novos_)

conteúdo da reunião, por causa do idioma utilizado. De acordo com o recenseamento nacional da população e habitação de 2007, na Zambézia apenas 9,2% e em Manica apenas 5,7% da população é fluente em português<sup>53</sup>. Como resultado, as comunidades locais só entenderam uma promessa genérica de ocupação e de melhoria de suas condições de vida.

Os membros da comunidade disseram à Justiça Ambiental que apenas uma reunião foi realizada, na qual nenhum dos membros da comunidade foi informado sobre o projecto, suas dimensões e a modalidade de implementação e que os possíveis impactos sociais e ambientais do projecto não foram devidamente discutidos. Tal consulta não pode ser identificada como cumprindo a metodologia do FPIC internacionalmente reconhecida, nem com a legislação moçambicana<sup>54</sup>.

“Garantiram trazer emprego; deram bolachas, doces, sal e 300 meticais ao líder e o resto que estávamos; não sabia que o trato era destruir; não vi as mudanças prometidas isto porque trabalhávamos poucos dias e éramos tirados. Há pessoas que trabalham uma semana ou um mês depois são mandados embora, isso não ajude a ninguém”<sup>55</sup>.

Bolachas, doces, sal, vinho - parece uma festa agradável, mas o resultado final é que a terra das comunidades está nas mãos da empresa, de uma forma ou de outra.

“Houve consulta comunitária uma vez e neste dia a empresa nos ofereceu vinho e peixe seco, mas nós recusamos entregar nossa machamba, depois foram para outro lado onde conseguiram entrar sem acordo” - Membro da comunidade Mbwahal<sup>56</sup>.

Após a "consulta", as negociações sobre terras foram realizadas individualmente. As pessoas foram encorajadas a dar suas terras em troca de um emprego. Só depois souberam que o trabalho era apenas limpar sua própria terra: foram pagos 1500 Meticais (menos de 50 dólares americanos) para destruir sua própria machamba e depois de terminar o trabalho, ficaram sem terra e sem trabalho

“No inicio disseram quem quer trabalhar entrega a sua machamba, e lá não temos muito tempo, eu entreguei dois hectares e meio (2,5 ha) trabalhamos só um mês porque para destronar levamos um mês completo e deram-nos mil e quinhentos meticais (1500.00 Mts) por cada pessoa por trabalho. Não recebi dinheiro por machamba, mas sim pelo trabalho que fiz na minha própria machamba. E agora é só ficar parado, até o próprio líder entregou sua machamba e assim está sentado em casa. Na minha machamba eu produzia milho, feijão jogo, feijão bóer e

---

<sup>53</sup> Instituto Nacional de Estatística, ver: <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/rgph-2007>

<sup>54</sup> A lei estabelece que a consulta deve assegurar um diálogo democrático, inclusivo e transparente, onde questões e preocupações são esclarecidas e devidamente abordadas, a compensação é justa e as preocupações públicas são levadas em consideração. Diretiva Geral para o Processo de Participação Pública no processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) - Diploma Ministerial nº 130/2006 de 19 de Julho, ver: [http://www.redeimpactos.org/upload/Diploma-Ministerial-130\\_2006.pdf](http://www.redeimpactos.org/upload/Diploma-Ministerial-130_2006.pdf)

<sup>55</sup> Justiça Ambiental, Portucel - O Processo de acesso à Terra, veja a nota de rodapé 52, (p.15)

<sup>56</sup> Justiça Ambiental, Portucel - O Processo de acesso à Terra, veja a nota de rodapé 52, (p.18)

mandioca, para sustentar minha família. Tenho seis lhos e também com minha sogra e mulher” - Membro da comunidade Mbwahal<sup>57</sup>.

O "trabalho" implica a assinatura da aquisição de terrenos e exclui qualquer outra forma de compensação.

The "job" implies signing off on the land acquisition, and excludes any other form of compensation.

“Quando entreguei minha machamba eles não me pagaram nada, só disseram leva tua família meter nesta lista e começar a trabalhar e no fim de mês receber dinheiro. No fim de mês recebi mil e quinhentos meticais (1500.00 Mts), mas este dinheiro nem chega para sustentar a minha família, aceitei por causa de pobreza e hoje não trabalho. Nos “matrecaram”, entreguei a minha machamba em 2014”<sup>58</sup>.

Em alguns casos, parece que a consulta foi baseada no que parece ser intimidação. Em 2012, um membro da comunidade de Socone disse à Justiça Ambiental que o Chefe do posto administrativo havia proibido os líderes da comunidade de falarem, ou assumir qualquer posição sobre aquisição de terras pela Portucel e, portanto, ficaram quietas a partir de então<sup>59</sup>. Vários membros da comunidade também reafirmaram que sentiam-se pressionados a aceitar a aquisição de terras pela Portucel. A falta de ação do governador sobre as queixas de membros da comunidade (descritas abaixo) também pode ser interpretada como uma forma de interferência.

A ADECRU pesquisou os impactos das plantações de Portucel nas áreas das comunidades Makuala, Mutaliua e Kampa, no distrito de Namaroi, na província da Zambézia, e publicou os resultados de suas pesquisas em julho de 2016<sup>60</sup>. De acordo com a pesquisa ADECRU, em 2013, Portucel apresentou o projecto às comunidades de Macrinca, Mutaliua e Kampa prometendo construir hospitais, estradas e escolas para essas comunidades. Nenhuma dessas promessas foi cumprida, além das estradas que a empresa precisava para cuidar as plantações. De acordo com a pesquisa de campo ADECRU, a Portucel adquiriu ilegalmente terra que representa recursos naturais, bens e património cultural das comunidades locais. Como resultado, a empresa está comprometendo a segurança alimentar local. Os camponeses locais vivem com uma sensação de angústia, dizendo que a terra de onde foram desalojados constitui herança e a fonte dos meios de subsistência para suas famílias, terra que herdaram de seus antepassados e que agora está perdida para sempre.

Para algumas pessoas das comunidades afectadas, a consequência também foi o afastamento da sua própria comunidade: depois da Portucel se apropriar das terras das

---

<sup>57</sup>Justiça Ambiental, Portucel - O Processo de acesso à Terra, veja a nota de rodapé 52, (p. 19)

<sup>58</sup>Justiça Ambiental, Portucel - O Processo de acesso à Terra, veja a nota de rodapé 52, (p. 20)

<sup>59</sup>Justiça Ambiental, Portucel - O Processo de acesso à Terra, veja a nota de rodapé 52, (p.8)

<sup>60</sup>Acção Académica Para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), Plantações Florestais da Portucel ameaçam a segurança alimentar nas comunidades do distrito de Namaroi, na Zambézia, Namaroi, 1 Júlio 2016, ver:

<https://adecru.wordpress.com/2016/07/01/plantacoes-florestais-da-portucel-ameacam-a-seguranca-alimentar-nas-comunidades-do-distrito-de-namaroi-na-zambezia/>

peças, alguns residentes tiveram de mudar para áreas remotas, para encontrar terra para sobreviver, com menos acesso a comunicações, cuidados de saúde e educação.

“Há pessoas que estavam na comunidade de Mukula que dista a 20 km da vila, mas quando as máquinas da Portucel destruíram as suas machambas, hoje estão em Garganta que também está a 70 km de Mukula e lá não chega carro porque não há estrada para viatura” - Dona Rosa Antonio, membro da comunidade Mukula a member of Mukula community<sup>61</sup>.

Quando as pessoas das comunidades protestaram, pediram indenização pelas suas terras ou pediram a devolução da terra, a resposta da empresa era clara: Portucel já havia obtido o direito de usar a terra do governo e não tinha obrigações. A empresa ofereceu os residentes das comunidades um trabalho temporário como forma de compensá-los pela perda da terra.

A Portucel disse à Justiça Ambiental que eles não pedem que as pessoas entregue toda a terra à Portucel todas as suas terras, e cada família foi encorajada a manter 2.9 hectares. A empresa afirma ter registos de 1779 acordos na província de Zambézia<sup>62</sup>. Contudo, nenhuns desses acordos foram partilhados com as organizações da sociedade civil.

De acordo com a Justiça Ambiental e a ADECRU, a Portucel obteve a terra sob violação da lei aplicável<sup>63</sup> e conseqüentemente pode ser considerado de legalidade duvidosa<sup>64</sup>. Os artigos 12 e 13 da Lei de Terra de 1 de outubro de 1997 defendem o direito de uso e uso da terra pelas comunidades locais: o artigo 13 estabelece que um DUAT (contrato de uso da terra) só pode ser obtido depois das autoridades administrativas locais terem consultado as comunidades e estas terem declarado que a área é gratuita e não ocupada. Este não é claramente o caso aqui<sup>65</sup>.

Os membros da comunidade queixaram-se sobre a perda das suas terras diante do governador da província da Zambézia, Francisco Itai Meque que prometeu investigar a questão, mas não o fez. Se as autoridades locais decidissem acompanhar as queixas emitidas pelas comunidades locais, possivelmente que os casos de procedimentos ilegais podiam ser divulgados. No distrito de Bárué (província de Manica), onde o administrador local decidiu investigar, os representantes da Portucel alegaram que o processo de aquisição de terras estava em conformidade com a legislação pertinente, mas, quando solicitado a apresentar a documentação, havia irregularidades (sem validação pelas comunidades locais nem pelas autoridades distritais) e o processo de aquisição de terras

---

<sup>61</sup>ADECRU, Plantações Florestais da Portucel , veja a nota de rodapé 60

<sup>62</sup>Justiça Ambiental, Portucel - O Processo de acesso à Terra, veja a nota de rodapé 52, p. 21

<sup>63</sup> Lei da Terras, lei 19/97 1 Outubro1997, artigo 12, 13, 16 e 18, ver: <http://www.oram.co.mz/Lei-das-Terras.pdf> or [https://www.sheltercluster.org/sites/default/files/docs/lei\\_terras\\_mocambique.pdf](https://www.sheltercluster.org/sites/default/files/docs/lei_terras_mocambique.pdf)

<sup>64</sup> Justiça Ambiental, Portucel - O Processo de acesso à Terra, ver nota de rodapé 52, e ADECRU, Plantações Florestais da Portucel , ver nota de rodapé 60

<sup>65</sup> A legalidade do processo pode ser desafiada por outras questões também. Como por exemplo, Portucel respondeu a Justiça Ambiental ter resolvido a questão de aquisição de terra com as comunidades rurais, enquanto o artigo 15 da lei de terra, na transmissão de DUAT, não diz que a terra pode ser transmitida a a alguém. Veja a nota de rodapé 52

acabou por ser ilegal<sup>66</sup>. Até agora, isso parece ser o caso único que foi investigado pelas autoridades locais. Quantos outros casos de aquisição ilegal de terrenos não são investigados?

## **Outras ameaças para segurança alimentar**

Os membros da comunidade disseram à Justiça Ambiental que têm medo de perder suas terras e que isso irá comprometer o futuro de seus filhos e netos, que as comunidades preferem a agricultura às plantações, que não há terra suficiente para este projecto e que já existem conflitos de terra entre comunidades, indicando escassez de terras<sup>67</sup>.

As comunidades locais cultivam milho, mandioca e feijão, que são alimentos básicos. Com a perda das suas terras, alguns camponeses tiveram que se mudar para áreas mais longínquas com pouco ou sem acesso ao transporte, aos cuidados de saúde ou à educação. Outras pessoas tiveram que alugar terras, o que torna sua vida muito mais difícil. Pessoas que não conseguem alugar terras ocuparam machambas de outras pessoas, o que suscita conflitos intracomunitários.

“Nunca pensamos que um dia as pessoas iam arrendar machambas para capinar porque sempre pensávamos que a terra era nossa, dos nossos antepassados, mas hoje não temos maneira, uma lata de milho custa 300 MT se não tem seu próprio milho ou se não tem dinheiro a pessoa morre de fome” - Dona Rosa Antonio, a member of Mukula community<sup>68</sup>.

O Sr. Matthew Januário, depois de ver sua machamba "devorada" pelos buldózers da Portucel, teve que pedir emprestado a um vizinho de 0,5 hectares. Nesta machamba, se tudo correr bem, lhe renderá 3 sacos de milho (50 kg), em comparação com sua própria machamba, que produzia 10 sacos. Dona Augusta Samuel, de 40 anos, com 5 filhos, diz que não terá comida durante todo o ano, então a dieta da família se deteriorou desde a data em que o eucalipto foi plantado em sua machamba.

“É muito complicado para uma mãe de 5 filho sem machamba, onde vou capinar para alimentar meus filhos? Hoje em dia, tudo é dinheiro e, tudo está caro; as pessoas estão arrendar machambas por 4000,00MT, sou desempregada, onde vou conseguir 4000,00MT para pagar machamba?” - Dona Augusta, membro da comunidade de Mukula<sup>69</sup>.

---

<sup>66</sup> ITC-F, O Processo de Mitigação de Possível Conflito de Terra Entre a Empresa Portucel e Associação Agro-Precuária Mafuro Manhoru Através do Envolvimento Directo do Governo do Distrito de Bárué, 31 Maio 2016. ver: <http://www.itc.co.mz/lib/pdf/articles/Estudo%20de%20Caso%20Mafuro%20Manhoru.pdf>

<sup>67</sup> Justiça Ambiental, Portucel - O Processo de acesso à Terra, veja a nota de rodapé 52 p. 14

<sup>68</sup> ADECRU, Plantações Florestais da Portucel , veja a nota de rodapé 60

<sup>69</sup> ADECRU, Plantações Florestais da Portucel , vera nota de rodapé 60

A Avaliação de Impacto Ambiental de Manica afirma que 95% das terras aráveis já sendo usada para fins de agricultura<sup>70</sup>. No entanto, a Portucel irá usar grande parte desta terra para suas plantações<sup>71</sup>. Deixando a comunidade com uma ínfima parte da terra para satisfazer a sua necessidade. Além do mais, o relatório de Impacto Ambiental não conseguiu identificar isto como um potencial conflito de terra<sup>72</sup>.

De fato, o relatório da Justiça Ambiental menciona que já existem conflitos de terra entre Portucel e as comunidades.

De acordo com a ADECRU, o projecto da plantação da Portucel está também ameaçar as praticas tradicionais de agricultura. Como exemplo, depois de perderem as suas terras, as pessoas das comunidades de Namarroi são agora forçadas a cultivar em áreas muito pequenas, o que impossibilita a pratica da agricultura sazonal, a que é comum entre as comunidades rurais. Como resultado, o acesso regular a alimentos suficientes e adequados está em perigo<sup>73</sup>.

Enquanto Portucel apresenta seu projecto de plantações como uma oportunidade de desenvolvimento para as comunidades rurais, a realidade vivida pela população local é muito diferente:

“É preferível ter projectos que produzem comida para a população ou que podem processar os nossos produtos localmente, àqueles que trazem fome para as famílias camponesas.”<sup>74</sup>.

A usurpação de terra não é único risco que emerge do projecto para a segurança alimentar local. Na região a produção agrícola local é predominantemente praticada em condições secas e é sempre ameaçada pela escassez de água e baixa capacidade de armazenamento de humidade do sol durante a estação de crescimento. As plantações de eucaliptos absorvem quantidades enormes de água do solo (ver secção anterior sobre impactos no ciclo da água). Neste ambiente, já marcado pelo stress hídrico, as plantações de eucaliptos provocam um declínio severo para agricultura local, ameaçando a segurança alimentar.

## **Empregos prometidos e desemprego**

Já vimos que, na maioria dos casos, o comércio caracterizado pela venda de terra em troca de emprego é uma armadilha: depois de desmatar as suas próprias terras e destruir os seus próprios meios de subsistência, as populações ficam desempregadas e sem meios, em risco de sobrevivência. Os empregos reais oferecidos pelo sector de

---

<sup>70</sup> Relatório província Manica, veja a nota de rodapé 19

<sup>71</sup> Portucel, Procedimentos de acesso à Terra, Janeiro 2015, ver: [http://www.portucelmocambique.com/var/ezdemo\\_site/storage/original/application/299150b7bdfb34071390d4486fee9e45.pdf](http://www.portucelmocambique.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/299150b7bdfb34071390d4486fee9e45.pdf)

<sup>72</sup> Relatório província Manica, ver nota de rodapé 19

<sup>73</sup> ADECRU, Plantações Florestais da Portucel, veja a nota de rodapé 60

<sup>74</sup> ADECRU, Plantações Florestais da Portucel, veja a nota de rodapé 60

plantações são poucos. De acordo com a Portucel, 80 trabalhadores a tempo inteiro serão empregados para toda a área, o que é muito pouco, dada a extensão das plantações<sup>75</sup>. A Portucel afirma que seu projecto gerará 70 mil postos de trabalho criados por empresas locais de prestação de serviços (corretores de trabalho), mas a maioria deles serão empregos temporários ou sazonais, como nas outras plantações de eucalipto no país (normalmente empregando apenas de 3 a 5 meses por ano, e em alguns casos apenas um único mês<sup>76</sup>) e esse tipo de trabalho não oferece segurança.

“Lamentamos muito porque não vimos o que prometeram as pessoas; as pessoas que tra- balham não demoram, trabalham poucos dias por esse motivo não estamos satisfeitos com a Portucel” – Membro da comunidade<sup>77</sup>.

Além disso, são trabalhos perigosos: os trabalhadores da fábrica de celulose e das plantações são frequentemente expostos a produtos químicos perigosos e sofrem de condições precárias de trabalho e baixa remuneração. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho da ONU, "floresta continua a ser um dos sectores industriais mais perigosos na maioria dos países. No mundo, há muitas vezes tendências desencorajadoras do aumento das taxas de acidentes e uma alta incidência de doenças ocupacionais e de aposentadoria antecipada entre os que trabalham com florestas<sup>78</sup>. Além disso, o trabalho de plantação é perigoso, já que a situação de saúde e segurança normalmente é mais problemática entre os contratantes do que na empresa principal.

---

<sup>75</sup> The Navigator Company, Internationalization Strategy, ver: <http://en.thenavigatorcompany.com/Institutional/Portucel-Mocambique>

<sup>76</sup> Justiça Ambiental, Portucel - O Processo de acesso à Terra, veja a nota de rodapé 52, p.23

<sup>77</sup> Justiça Ambiental, Portucel - O Processo de acesso à Terra, veja a nota de rodapé 52, p.9

<sup>78</sup> Justiça Ambiental, Portucel - O Processo de acesso à Terra, veja a nota de rodapé 52, p.9

<sup>78</sup> A Organização Internacional de Trabalho, Segurança e trabalho florestal saudável, Geneva, 1998, ver: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed\\_protect/@protrav/@safework/documents/normativeinstrument/wcms\\_107793.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_protect/@protrav/@safework/documents/normativeinstrument/wcms_107793.pdf)

# INVASÃO ÀS TERRAS

Se for construída, a fábrica de celulose planeada pela Portucel terá uma capacidade de produção de 1,4 -1,5 milhões de toneladas de pasta de celulose<sup>79</sup>. Se a fábrica estiver a operar com a capacidade total, a área de plantação para fornecer a fibra necessária deve ser maior que a área composta pelos dois projectos em Zambézia e Manica<sup>80</sup>. Se a Portucel Moçambique aumentará ainda mais a capacidade de produção da sua fábrica, a terra necessária para a produção de matéria-prima aumentará ainda mais.

Os impactos da nova fábrica de Portucel em Moçambique e suas plantações são agravados pela presença de outros projectos, que já estão competindo por terras com florestas e com uso da população local. Em 2009, o conselho de ministros moçambicano autorizou a empresa Norueguesa, Lúrio Green Resources S.A., a implementar um projecto para plantar eucaliptos numa área de 126 mil hectares, nos distritos de Mecuburi, Ribáuè e Nampula, no norte de Moçambique<sup>81</sup>. Outro projecto pertencente à Quifel Energy Moçambique Lda direccionado para produção de girassóis e soja para o óleo de cozinha, será instalado em uma área de 10 mil hectares em Gurué, província de Zambézia<sup>82</sup>.

Um aumento dramático das concessões de plantações também pode ser proveniente do plano diretor do ProSavana, que visa "melhorar e modernizar a agricultura com vista aumentar a produtividade e produção e diversificar da produção agrícola". ("Melhorar e modernizar a agricultura com vista a um aumento da produtividade e produção, e diversificação da produção agrícola")<sup>83</sup>.

O plano abrange 14 milhões de hectares em 19 distritos, incluindo 1,5 milhão de hectares disponíveis para investimento na área de Niassa. É muito cedo para dizer se esse plano permitira a produção de plantações em grande escala ou não, mas causa preocupação com o aumento da pressão sobre a terra e os crescentes conflitos de uso da terra entre a agricultura local e de subsistência, a conservação da natureza e a indústria internacional.

---

<sup>79</sup> RISI, Portucel's planned Mozambique pulp project slated for 2023 start-up, ver nota de rodapé 2

<sup>80</sup> Se um dos hectares de eucalipto produz 30 toneladas de fibra depois da colheita, assumindo que estas arvores atingem 30-50 metros, e com uma rotação de 8 anos, as plantações irão pelo menos 400, 000 hectares de terra. Com condições pobres do solo e problemas de agua, produção da fibra pode tornar-se mais baixa e a terra requerida para cada hectar mais grandes.

<sup>81</sup> Macau Hub, veja a nota de rodapé 7

<sup>82</sup> Macau Hub, veja a nota de rodapé 7

<sup>83</sup> O que é ProSavana, ver: <http://www.prosavana.gov.mz/index.php?p=pagina&id=27>

## RESOLVENDO OS IMPACTOS OU FAZENDO RELAÇÕES PÚBLICAS?

Para ultrapassar as críticas, a Portucel desenvolveu um "mecanismo para a gestão das relações com as comunidades", insistindo que o diálogo com as comunidades afetadas é uma prioridade para a empresa<sup>84</sup>. A Portucel planeia criar uma rede de cerca de 60 "agentes de ligação" para manter-se em contato com 24 mil famílias (agregados familiares) nas duas províncias afetadas, Zambézia e Manica. Infelizmente, em vez de resolver os impactos sobre o meio ambiente, o ciclo da água e a segurança alimentar, a empresa parece inclinada a adotar uma estratégia de relações públicas.

Seguindo o exemplo de outras empresas, a Portucel criou um comité consultivo<sup>85</sup> mas o comité não possui poder de decisão e só pode apresentar sugestões à empresa, enquanto as questões discutidas ficam sob um acordo de confidencialidade. Ainda não está claro qual será a efetividade real desse órgão, e se ele poderá trazer as preocupações das comunidades locais para a empresa e empurrá-la para mudanças reais.



Plantações na Província de Manica (Município de Gondola).  
Fonte: Google Maps (-19.050426, 33.657017)

---

<sup>84</sup> Portucel Moçambique, Mecanismo de Gestão de Relação com as Comunidades, Janeiro 2015, ver: [http://www.portucelmocambique.com/var/ezdemo\\_site/storage/original/application/3d205da109ca2e966447de392ec9f05f.pdf](http://www.portucelmocambique.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/3d205da109ca2e966447de392ec9f05f.pdf)

<sup>85</sup> Portucel Moçambique, Signature of the Advisory Committee for the Portucel Forestry Investment in Mozambique, Setembro 2015, ver: [http://en.portucelmocambique.com/var/ezdemo\\_site/storage/original/application/b005ce6d89cb1c77ae8e1aeea0a65509.pdf](http://en.portucelmocambique.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/b005ce6d89cb1c77ae8e1aeea0a65509.pdf)

# QUESTÕES PARA DISCUSSÃO – MITIGAR E PREVENIR IMPACTOS NEGATIVOS

*A seção que se segue, sugere algumas formas pelas quais Portucel e outras partes interessadas poderiam adotar para mitigar os impactos acima identificados.*

A Portucel deve desenvolver e publicar uma política geral que será aplicada para todas as suas operações em Moçambique. A política deve incluir medidas para proteger as florestas e a biodiversidade, assegurar a integridade de água e as condições hidrológicas, implementar o FPIC e respeitar plenamente os direitos costumeiros da terra, enfrentar os conflitos sociais, implementar a transparência total e promover o envolvimento dos interessados. A implementação da política deve ser verificada de forma independente, por uma terceira parte de avaliação.

## Proteção florestal

- 1) A Portucel só deve desenvolver áreas que não são florestas, identificadas através de avaliações independentes sobre os Altos Valores de Conservação (HCV)<sup>86</sup>, conduzidas e revista por peritos da HCV Resources Network e desenvolver uma metodologia para avaliação do armazenamento elevado de carbono (HCS)<sup>87</sup>. A Portucel também deve proteger outros habitats naturais.
- 2) A Portucel deve suspender todo a desmatagem natural, enquanto as avaliações HCV e HCS são concluídas e revistas por peritos. Além disso, é necessário evitar a limpeza de áreas ou outro desenvolvimento de infraestrutura em qualquer local até que todos os estudos de HCV e HC sejam concluídos e revistos por peritos e as recomendações dessas avaliações de HCV e HCS sejam integradas nos planos das plantações e nos Procedimentos Operacionais Padrão (SOPs).
- 3) Os habitats naturais que foram eliminados já devem ser restaurados para seus valores originais da biodiversidade. A Portucel deve publicar mapas das áreas que foram desbravadas e fornecer um prazo de tempo credível para o restauro. Essas áreas, bem como os buffers – faixas e outras florestas de conservação, devem ser protegidas contra a desmatagem por terceiros, garantindo que as sobreposições de propriedades sejam prontamente atendidas pela proteção das florestas em pé e reivindicações da comunidade local resolvidas preferencialmente por restituições de terras já desmatadas.

---

<sup>86</sup> A floresta de conservação de alto valor (HCVF) é uma designação de gestão florestal do Forest Stewardship Council (FSC) usada para descrever as florestas que atendem aos critérios definidos pelos Princípios e Critérios do FSC de Gestão Florestal. ver: <https://www.hcvnetwork.org>

<sup>87</sup> A Abordagem de Estoque de Alto Carbono é uma metodologia para identificar áreas de terra adequadas para desenvolvimento de plantio e áreas florestais que podem ser protegidas a longo prazo "em: Greenpeace, A Abordagem de armazenamento de alto carbono", ver: <http://highcarbonstock.org/the-hcs-approach-toolkit/>

- 4) Um plano deve ser desenvolvido e publicado no local e fora do local para prevenir a poluição química, pesticidas e genética, incluindo os ecossistemas aquáticos e a atmosfera. Isso deve proibir o uso de organismos geneticamente modificados (OGMs) e pesticidas tóxicos, bioacumulativos e pesticidas persistentes, incluindo aqueles na lista de pesticidas proibidos, da Rede de Agricultura Sustentável (SAN) do sistema de gestão florestal Forest Stewardship Council (FSC). Devem ser tomadas medidas para evitar a exposição dos trabalhadores e das comunidades a quaisquer produtos químicos potencialmente nocivos.
- 5) A Portucel deve desenvolver os planos de gestão florestal, com prescrições e SOP's, revistos por ONGs e publicados depois de integrar e abordar suas preocupações. Esses planos de gestão, prescrições e SOPs incluirão recomendações de estudos de HCV e HCS, mapeamento de conflitos sociais (ver abaixo) e avaliações de conservação ao nível da paisagem.

## **Hidrologia**

A Portucel deve urgentemente concluir um estudo de linha de base sobre as condições ecológicas e hidrológicas actuais da área, incluindo o registo da quantidade de água e a qualidade das águas subterrâneas, para servir de referência para futuras análises. A Portucel deve desenvolver estratégias credíveis, diretrizes e Procedimentos Operacionais Padrão (SOP's) para proteger o actual nível de água e a qualidade de água e estabelecer uma monitorização da água na plantação, a menos que o estudo seja completo e as directrizes específicas e SOP's tenham sido desenvolvidos.

## **Prevenção de conflitos sociais e respeito dos direitos costumeiros**

Para evitar e resolver conflitos sociais, a Portucel deve activamente procurar e incorporar as contribuições e comentários de uma ampla gama de partes interessadas, incluindo a sociedade civil, de modo a implementar o seguinte conjunto de princípios:

- Consentimento livre, prévio e informado das comunidades locais;
- Gestão responsável das reclamações
- Resolução responsável dos conflitos
- Dialogo aberto e construtivo com as parte interessadas locais, nacionais e internacionais;
- Desenvolvimento de empoderamento da comunidade;
- Respeito pelos direitos humanos
- Reconhecimento e respeito aos direitos costumeiros;
- Reconhecimento e respeito aos direitos dos trabalhadores

- Operar em conformidade com todas as leis relevantes e princípios de certificação internacionalmente aceites; e
- Portucel não deve usar terras que é floresta ou que usada pelas comunidades para suas necessidades;

## **Consentimento livre, prévio e informado (FPIC)**

- 1) Quando novas áreas de plantações são planeadas, a Portucel deve respeitar os direitos das comunidades locais, incluindo o reconhecimento dos direitos costumeiros a terra. Além das recomendações provenientes de avaliações independentes da HCVF, a Portucel, em consulta com as partes interessadas, deve desenvolver novas medidas para implementar orientação internacional sobre o FPIC. A Portucel deve consultar as ONGs e outras partes interessadas para garantir que seus protocolos e procedimentos para FPIC e resolução de conflitos estejam de acordo com as melhores práticas internacionais.
- 2) No processo de consulta pública, a Portucel deve levar em conta a opinião das pessoas ou o que as pessoas têm a dizer sobre o projecto.
- 3) O respeito do "consentimento livre e previamente informado" deve incluir informações adequadas sobre os impactos sociais e ambientais do projecto, a serem compartilhados com todas as comunidades afetadas (não apenas as comunidades que ocupam a terra demarcada). No processo de consulta pública, Portucel deve levar em consideração a opinião das pessoas ou o que as pessoas têm a dizer sobre o projecto. As consultas devem ser anunciadas com muita antecedência (incluindo uma explicação escrita sobre as questões a serem discutidas), e as comunidades podem convidar conselheiros de sua escolha, incluindo as ONGs. As consultas devem envolver todas as pessoas afectadas, não apenas seus líderes, e devem ser realizadas nas línguas que as comunidades visadas possam entender. As discussões sobre a consulta devem ser realizadas de forma que as pessoas possam compreendê-las e fornecer informações completas sobre a finalidade do projecto, natureza, escala, incluindo actividades específicas na área, e todos os possíveis impactos na comunidade e medidas de mitigação relevantes.
- 4) Os requisitos acima mencionados são solicitados para o processo de resolução de conflitos (veja abaixo).
  - 8) As reuniões também devem informar a comunidade sobre o mecanismo de queixa.
- 5) A reunião deve ter actas, incluindo reclamações e solicitações dos membros da comunidade local, e essas actas devem ser divulgadas após a revisão da comunidade visada.
- 6) A consulta deve incluir uma análise do uso da terra, incluindo uma avaliação da terra necessária (no presente e no futuro) para o bem-estar da comunidade e para preocupações ambientais, e integrá-lo em um plano de alocação de terra acordado que seja tornado público.

## Resolução de conflitos

- 1) Procedimentos operacionais padrão: é urgente resolver de forma justa todos os casos pendentes, garantindo uma compensação adequada por danos e, onde solicitado pelas pessoas afetadas, devolver a terra. A Portucel deve desenvolver os Procedimentos Operacionais Padrão (SOPs) e as Unidades de Resolução de Conflitos: os SOPs devem ser desenvolvidos e acordados com os principais interessados e tornados públicos. Os SOPs prioritários incluem: consentimento livre, prévio e informado (CLPI); Resolução de conflitos e remédio para danos passados; Mapeamento Participativo; Segurança; e um Mecanismo de Reclamações robusto, transparente e acessível.
- 2) Unidades de resolução de conflitos: Além disso, a Portucel deve estabelecer unidades de resolução de conflitos com a autoridade e treino necessários para mobilizar recursos e resolver conflitos com os planos de ação e os prazos acordados com as comunidades e seus assessores escolhidos. Todas as comunicações e compromissos com as comunidades devem ser documentadas e compartilhadas publicamente.
- 3) Intermediação de conflitos: a resolução de conflitos sociais e de reclamações devem ser feitas com a ajuda de uma terceira parte para evitar que pessoas envolvidas em abusos sejam encarregadas de avaliar em causa própria mesmo se a queixa for legítima. A intermediação independente também deve ser adotada automaticamente no processo de resolução de conflitos se uma das partes não estiver satisfeita com o resultado do processo.
- 4) Mapeamento de conflitos: A Portucel deve desenvolver e concordar com as principais partes interessadas, uma metodologia para identificar, classificar e mapear conflitos de terra e social em sua cadeia de suprimentos. Os resultados do mapeamento de conflitos devem ser tornados públicos e incluir um processo aberto para entrada adicional de partes interessadas.
- 5) Informações: Todos os membros das comunidades afetadas devem ser informados sobre o mapeamento do conflito e sobre a oportunidade e método para apresentar uma queixa, incluindo a possibilidade de se referir a conselheiros de ONGs independentes e a intermediação independente.
- 6) Moratória sobre operações em áreas com conflitos: A Portucel deve concordar com uma moratória completa sobre desenvolvimento de infraestrutura, desflorestação e novas plantações em áreas com conflito social e de terra. Esta moratória deve apoiar os esforços para chegar a um acordo sobre os processos de resolução de conflitos, realizar mapeamentos participativos conjuntos e resolver conflitos em áreas com conflitos sociais e terrestres. Esta moratória deve aplicar-se às próprias operações da empresa, bem como às de subcontratados.

## Direitos Humanos

A Portucel deveria adotar uma política específica de segurança. Qualquer empresa de segurança contratada não deve ser implicada em abusos do passado; a educação em direitos humanos e uma política rigorosa de não-violência devem ser parte da formação

básica; e um mecanismo de queixa deve estar em vigor para expressar preocupações sobre os meios de segurança e para denunciar quaisquer abusos de forma confidencial, de modo a garantir a segurança das pessoas afectadas.

## **Transparência**

A Portucel deve tornar público:

- 1) Estudos de hidrologia;
- 2) Uma lista completa de todos os acordos DUAT, incluindo mapas;
- 3) Actas de consulta local e planos de alocação de terras
- 4) Estudos de HCV e HCS;
- 5) Planos de gestão florestais, planos de gestão de compensação de biodiversidade, prescrições e SOPs; e
- 6) Resultados do mapeamento de conflitos.

## **Association policy (Política de Associação)**

A Portucel não deve adquirir nenhuma terra que tenha sido adquirida e liberada em violação da presente política após a data da própria política. A Portucel não deve adquirir madeira de outros operadores cuja terra tenha sido adquirida e liberada em violação da presente política após a data da própria política.

## **Envolvimento das partes interessa**

Embora o envolvimento de Portucel através do Comité Consultivo estabelecido seja um passo positivo, é vital que a Portucel expanda a consulta, além disso. Até o momento, o Comité Consultivo não tem sido um mecanismo eficaz para partilhar informações e envolver um grupo mais amplo de partes interessadas, especialmente as comunidades locais, com base no respeito mútuo e na total transparência. Também recomendamos que a Portucel entre prontamente em contacto com as principais ONGs para ter a sua contribuição para os planos da empresa.

## **Monitoria e avaliação**

A implementação da política deve ser verificada por um mecanismos independente constituído por uma terceira parte para a monitoria e avaliação e monitorização da conformidade no campo. O avaliador deve ser credível, credenciado pelo FSC e acordado com as partes interessadas. Os indicadores de desempenho devem ser

abrangentes em detalhes de todos os itens da política e acordados com as partes interessadas.

### **Perguntas para debate:**

- Essas recomendações são suficientes para garantir a sustentabilidade e a justiça ambiental neste projecto?
- Como podem trabalhar melhor juntas as partes interessadas para garantir que as recomendações sejam implementadas?
- Os accionistas e financiadores da Portucel estão cientes dos riscos sociais e ambientais desse projecto?